

Deloitte.

ABANC



Audit • Tax • Consulting • Corporate Finance •

Crescemos Juntos.



	2005	2006	CRESCIMENTO
ATIVO LÍQ. (M. USD)	424	1,246	193%
REC. CLIENTES (M. USD)	365	1,143	213%
CRÉD. CLIENTES (M. USD)	97	638	559%
FUNDOS PRÓPRIOS (M. USD)	16	78	405%
COLABORADORES (Nº)	232	584	152%
REDE COMERCIAL (Nº)	17	50	194%
CLIENTES (Nº)	9.703	91.309	841%
QUOTA DE MERCADO RECURSOS (%)	6,88	13,03	89%
QUOTA DE MERCADO CRÉDITO (%)	6,43	13,56	111%
LUCRO LÍQ. (M. USD)	5	33	547%

São estes os valores do nosso crescimento entre Dezembro de 2005 e Dezembro de 2006. Foi só um ano. Mas foi um ano realmente em grande. Para nós e para você, que cresce sempre connosco.



BancoBIC

Crescemos Juntos

www.bancobic.ao

Conteúdos

Um projecto que se consolida	2
BNA aposta na defesa da estabilidade	4
Sistema financeiro angolano Ao serviço do desenvolvimento	12
Banco de Desenvolvimento de Angola	14
Comissão de Mercado de Capitais	18
Rigor e contenção na despesa pública	20
EMIS prepara-se para proceder à emissão de cartões VISA	24
Um ano dinâmico	26
Estudo Banca em análise Angola 2007	35

Apresentação

Banca em Análise Angola 2007

Esta é a segunda edição da publicação 'Banca em Análise', que passa a ser bilingue, dada a grande atenção despertada pela edição anterior entre comunidade nacional e internacional, incluindo imprensa, governos, investidores, académicos e instituições multilaterais.

Esta publicação, resultado de uma parceria entre a ABANC - Associação Angolana de Bancos com a Deloitte Angola, atingiu claramente os objectivos de promover a transparência do sector bancário Angolano, evidenciado pela melhoria na quantidade e qualidade do debate verificado após o seu lançamento.

Ao comparar a economia e o sector financeiro Angolanos com outros países de referência, resultado de um grande esforço de pesquisa, evidenciamos fragilidades mas também oportunidades, contribuindo assim para promover o país, gerar oportunidades de negócios e orientar o processo de tomada de decisões.

Mais uma vez agradecemos o apoio à Direcção da ABANC pelo suporte ao projecto, às equipas da ABANC e da Deloitte Angola pela elaboração do trabalho técnico, à Editando pela edição e à FACIDE - Fórum Angolano para o Conhecimento Competitivo Inovação e Desenvolvimento pelo excelente trabalho de divulgação do estudo.

José de Lima Massano
Presidente da Direcção
ABANC - Associação Angolana de Bancos

27 de Setembro de 2007

Propriedade

Deloitte

Rua Engº Costa Serrão, nº 13 • Luanda • Angola
Tel: (+244) 222 391 808 • Fax: (+244) 222 391 972
angola-geral@deloitte.pt

Patrocínio

ABANC - Associação Angolana de Bancos
Rua Dr. Alfredo Troni, nº 79 - 15º andar do BPC
Caixa Postal nº 1847 • Luanda • Angola
Telefax: (+244) 222 399 474
abanc.angola@netangola.com

Concepção, redacção, edição, produção gráfica e pré-impressão

Editando - Edição e Comunicação Lda.
Rua Joaquim Bonifácio, nº21 - 5º • 1150-195 Lisboa • Portugal
Tel: (+351) 213 584 460 • Fax: (+351) 213 584 461
editando@editando.pt

Impressão

IDG - Imagem Digital Gráfica, Lda.

Um projecto que se consolida

Há um ano atrás, a Deloitte Angola, com o patrocínio da Associação Angolana de Bancos (ABANC), apostou forte na realização de um estudo que visava conhecer melhor os bancos que então actuavam em Angola. E apostou forte, certa de que o estudo era necessário e que contribuiria para um maior conhecimento não só das instituições mas também do valioso contributo que dão à dinamização da economia e do bem-estar social da população angolana. Um ano depois, com 15 bancos a operar no mercado e com mais alguns em perspectiva, a Deloitte Angola orgulha-se de ter sido pioneira nesta matéria e de dar continuidade a este trabalho com uma edição renovada, continuamente inovadora e muito abrangente.

E porque em 2006 o sector financeiro continuou a dar mostras de um forte dinamismo impulsionado pelos fluxos externos, pela maior agressividade concorrencial entre os bancos e pela abertura de três novos bancos de capitais angolanos (BDA - Banco de Desenvolvimento de Angola; BPA - Banco Privado Atlântico e BNI - Banco de Negócios Internacional), a Banca em Análise - Angola 2007, apostou este ano, sobretudo, na antecipação da divulgação dos dados recolhidos e analisados e também numa edição bilingue para que um maior número de leitores possa ter acesso aos dados que efectivamente caracterizam o sector bancário angolano. Um sector em que os grandes bancos de retalho deram continuidade ao processo agressivo de expansão física verificado no ano anterior, tendo sido abertos 60 novos balcões e contratados cerca de 1000 novos funcionários.

E é por esta via que queremos continuar, com empenho e transparência, para que o resultado da nossa análise seja credível, factual e de utilidade para todos quantos se relacionam directa ou indirectamente com os bancos que trabalham diariamente em Angola. Porque o nosso grande objectivo, tal como o dos responsáveis das instituições bancárias aqui analisadas, é o de consolidar este projecto como um estudo angolano de referência nacional, regional e internacional.

Agradeço a todos o apoio sempre prestado.

Pedro Barreto
Managing Partner da Deloitte Angola

Uma promessa de qualidade.

Luanda

Rua Eng.º Costa Serrão, n.º 13
Luanda
República de Angola
Tel: +(244) 22 391 808
Fax: +(244) 22 391 972
angola-geral@deloitte.pt

Lisboa

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6.º
1050-094 Lisboa
Portugal
Tel: +(351) 210 422 500
Fax: +(351) 210 422 950

Porto

Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13.º
4150-146 Porto
Portugal
Tel: +(351) 225 439 200
Fax: +(351) 225 439 650

www.deloitte.pt

Deloitte.

Audit. Tax. Consulting. Corporate Finance.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operem em conjunto de um ou mais membros da Deloitte Touche Tohmatsu, uma "sans limite", bem como às suas respectivas representantes e filiais. Como "sans limite" (sem limite), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membros assumem qualquer responsabilidade isolada ou conjunta pelos atos ou omissões de qualquer das outras sociedades membros. Cada uma das sociedades membros é uma entidade legal independente que opera sob o nome "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outro nome semelhante.

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

© 2007 Deloitte
All rights reserved.

BNA aposta na defesa da estabilidade

Garante Amadeu de Jesus Maurício, governador, em entrevista



Para Amadeu de Jesus Maurício, governador do Banco Nacional de Angola, a condução eficiente das políticas monetária e cambial aliada ao cumprimento de regras transparentes de investimento e de protecção dos investidores, assim como a existência e funcionamento de um sistema jurídico propício à protecção dos contratos e da melhoria das informações económicas, são condições imprescindíveis ao desenvolvimento do sistema financeiro angolano e do próprio país. Saiba porquê na entrevista que o governador do BNA concedeu à revista ‘Banca em Análise – Angola 2007’.

O sistema financeiro angolano está em franco desenvolvimento. Prevê-se para breve a entrada em funcionamento da Bolsa de Valores de Luanda e, consequentemente, do mercado de capitais, bem como o aparecimento de novos instrumentos financeiros. Como é que o BNA se preparou e vai responder a estes desafios?

O BNA tem contribuído de forma relevante para o desenvolvimento do sistema financeiro, cuja relação com o crescimento da economia é universalmente reconhecido. Sabemos que a estabilidade é crucial para o desenvolvimento da economia e do sistema financeiro. Nesse sentido, nos últimos anos, a execução da política monetária e cambial possibilitou a reversão da espiral inflacionista e a consolidação da estabilidade macro-económica. De facto, a taxa de inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor de Luanda passou de 268,4% em 2000 para uma taxa de 18,5% e 12,2% respectivamente em 2005 e 2006, prevendo-se que nos próximos anos recue para uma taxa de um dígito. A inflação baixa e estável estimula as empresas a implementarem os seus projectos, pois o horizonte de planeamento dos investimentos torna-se mais seguro. Nos últimos anos, o Banco Nacional de Angola aperfeiçoou as normas da política monetária, cambial e creditícia adaptando-as às melhores práticas



Amadeu de Jesus Maurício
Governador do Banco Nacional de Angola

internacionais. O sucesso do combate à inflação permitiu a redução das taxas de juro do sistema bancário, contribuindo para a ampliação da oferta de crédito interno e para o desenvolvimento de novos produtos financeiros. A melhoria do ambiente de negócios, facilitada pela condução criteriosa das políticas monetária, cambial e fiscal tem estimulado um maior número de empresas a aumentarem a sua capacidade produtiva. Neste contexto, o desenvolvimento do mercado de capitais, com o funcionamento da Bolsa de Valores, pode tornar-se um excelente canal de financiamento dos projectos e também de redução do custo de capital das empresas. O BNA continuará a estimular a formação da poupança nacional e o desenvolvimento do mercado de capitais, mas reconhece que a estabilidade inflacionária é crucial, ou seja, é fundamental que haja uma condução eficiente das políticas monetária e cambial, aliada a regras transparentes de investimento e de protecção dos investidores, assim como de um sistema jurídico propício à protecção dos contratos e da melhoria das informações económicas.

As empresas, sobretudo as pequenas e médias empresas nacionais, encontram nas instituições bancárias angolanas os produtos e os serviços que necessitam para se expandirem?

Com o processo de paz e a consolidação da estabilidade macro-económica, as instituições bancárias aumentaram os seus investimentos em tecnologia e na expansão das suas redes bancárias, o que tem permitido atender à maior procura de serviços bancários por parte de pequenas e médias empresas. Um sector financeiro forte e moderno joga um importante papel no surgimento e na consolidação das pequenas e médias empresas, proporcionando não só os recursos financeiros necessários mas também a eficiente alocação dos mesmos, maior disponibilidade de informações das empresas e também maior rapidez na liquidação das obrigações e nas transferências de recursos.

Contudo, temos de reconhecer que as instituições financeiras encontram ainda algumas limitações para garantirem a alocação dos recursos a essas empresas, sobretudo devido à pouca capacidade destas em prestarem as garantias habitualmente exigidas. Outros obstáculos são o fraco nível de formação em gestão empresarial da maioria dos agentes económicos, a ausência generalizada de contabilidade organizada ou mesmo de simples registos, e a dificuldade para elaborarem projectos e estudos de viabilidade com consistência (o actual quadro legal dificulta a aceitação de determinados bens como garantia, pois em caso de incumprimento a sua reversão é problemática).

É de facto uma situação que preocupa o Governo e o Banco Central. Está em curso um estudo tendente a identificar os constrangimentos na expansão do acesso ao crédito bancário e que visa igualmente encontrar soluções adequadas para os superar. Ter-se-á que investir cada vez mais na formação de quadros, quer ao nível dos gestores empresariais quer ao nível das técnicas bancárias, que eliminar ou minimizar as dificuldades de natureza legal que têm estreita ligação com os serviços de identificação, com os notários e os tribunais; e será também fundamental criar uma central de risco de crédito eficiente, que permita às instituições financeiras proporcionarem recursos às pequenas e médias empresas com base em informação mais segura e com o risco mais aceitável e controlado.

Novo Plano de Contas a partir de 2009

Quais são os principais objectivos do novo Plano de Contas para as Instituições Financeiras aprovado pelo BNA este ano?

O novo Plano de Contas para as Instituições Financeiras, sob a sigla CONTIF, vai vigorar a partir de 2009. O objectivo é uniformizar os registos contabilísticos, sistematizando os procedimentos e os critérios de registo, e estabelecer regras para a divulgação de informações em consonância com as melhores práticas internacionais. Além disso, este novo Plano visa racionalizar e padronizar o uso das contas, por forma a possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, particularmente no que se refere à análise, avaliação do desempenho e controlo das actividades desenvolvidas pelas instituições sob supervisão do Banco Nacional de Angola.

Para atingir este objectivo, o novo Plano incorporou os procedimentos contabilísticos em harmonia com as normas internacionais de contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). E tomou também em linha de conta os critérios contabilísticos recomendados internacionalmente como a mensuração pelo valor justo, hedge accounting, método da equivalência patrimonial, reavaliação de activos, actualização monetária, imparidade (impairment), entre outros, assim como procedimentos para propiciar o melhor conhecimento da situação económico-financeira do conglomerado ou do grupo económico no qual a instituição está inserida, como por exemplo a consolidação de demonstrações financeiras e as regras de evidenciação.

Isso significa que haverá uma maior simplificação da informação a prestar pelos bancos? Que benefícios aporta este novo instrumento às partes interessadas?

Sim, a estrutura do novo Plano simplifica e reduz a quantidade de

informações a prestar pelas instituições de forma segmentada. Atende plenamente às necessidades actuais do BNA em termos de informações financeiras e é bastante flexível.

Ganham os accionistas e os controladores das instituições financeiras por disporem de dados mais seguros nos seus sistemas de controlo interno, conciliados com a contabilidade. Ganha, igualmente, o sistema financeiro angolano e a sociedade em geral, em virtude da solidez e da credibilidade de um mercado financeiro em formação, marcado por um movimento de inovação tecnológica, com reflexos crescentes sobre os sistemas de informação, sobre a qualidade da informação de gestão e das técnicas de controlo de riscos. O Banco Nacional de Angola reconhece que o novo Plano de Contas para as Instituições Financeiras exigirá destas uma resposta oportuna ao desafio da modernidade, que não representa mais do que adoptarem as melhores práticas internacionais de contabilidade.

Que acções vai desenvolver futuramente o BNA para promover o funcionamento mais eficaz e transparente das instituições que integram o sistema financeiro angolano?

O BNA entende que apesar de algumas limitações, a potencialidade de negócios e de crescimento do sistema financeiro angolano é muito favorável. Nesse sentido, a autoridade monetária tem a missão de contribuir para o funcionamento eficaz do sistema, que pode ser propiciada por regras transparentes da política cambial e pelos bons

resultados da política monetária. Vemos também a necessidade de uma maior comunicação com os agentes do mercado financeiro para elevarmos a transparência e a agilidade das informações divulgadas. Para estimular a poupança, a autoridade monetária deve incentivar a formação e o desenvolvimento do mercado de capitais e de instituições de intermediação, tais como as correctoras, para maior dinamização do mercado secundário. Em suma, o BNA como autoridade reguladora e fiscalizadora do sistema financeiro deve colaborar para o fortalecimento de segmentos que julga relevantes para o crescimento da economia angolana, tais como o crescimento das áreas de avaliação de empresas e de negociação de títulos, sobretudo com o advento da Bolsa de Valores. Com o desenvolvimento da Bolsa de Valores serão criadas novas oportunidades de financiamento para as empresas e nesse âmbito os bancos poderão assessorar as PME na avaliação e na colocação desses papéis, bem como na gestão do seu negócio. O crescimento das áreas de leasing, de factoring e de formação de fundos imobiliários, beneficiando-se do forte crescimento do sector imobiliário e da expansão do crédito doméstico, potenciados pelas elevadas taxas de crescimento do PIB e pela recuperação da massa salarial da população, assim como o crescimento da oferta de crédito de médio e longo prazo, criando regras transparentes e atractivas para o investimento nesse segmento, em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), são igualmente importantes. Colaborar para o desenvolvimento do mercado de crédito de curto prazo deve ser também um objectivo a cumprir. O aumento do emprego e dos rendimentos da população irão gerar o aumento do consumo interno e reflexamente o crescimento do crédito ao consumidor e dos cartões de crédito, reflectindo-se gradualmente na maior utilização da moeda electrónica na nossa economia. Por tudo isto, o BNA entende que existe um potencial significativo de crescimento dos depósitos a prazo, face à maior confiança na moeda nacional, à baixa inflação e à manutenção das taxas elevadas de crescimento. Esses factores, a que acresce o aumento da competição bancária, deverão incentivar os bancos a desenvolverem novos instrumentos de captação a prazo junto dos seus clientes; dinamizar a atracção de investidores pela compra de títulos públicos, o que permitiria às instituições financeiras diversificarem os seus investimentos com a criação de correctoras e distribuidoras. Note-se ainda que o BNA deve incentivar as instituições financeiras a desenvolverem novos instrumentos de poupança de longo prazo, sobretudo em moeda nacional.

Sinal de confiança no sistema bancário

No final do primeiro trimestre deste ano o Sistema de Pagamentos foi reforçado com a filiação dos bancos e da EMIS na rede VISA. Que vantagens daqui resultam para as instituições financeiras, para os cidadãos, as empresas e a economia em geral?

Os modernos sistemas de pagamentos têm de garantir a segurança das transacções mas também a sua agilidade. A utilização da moeda electrónica tende a reduzir os custos referentes à transacção propriamente dita e à necessidade de emissão de cheques, e a proporcionar maior agilidade a essas transacções. Além disso, a maior utilização do cartão de crédito reduz os custos com a recepção de papel-moeda falso pelas empresas comerciais e industriais. A utilização do cartão tem um reduzido custo de escala de utilização da moeda manual e tem também facilitado as transacções entre as províncias e as regiões menos urbanizadas.

Uma outra vantagem para as instituições financeiras reside no aumento da fidelização dos clientes pela satisfação decorrente da automatização (e celeridade) nos pagamentos.

A maior filiação de bancos e da EMIS à rede Visa reflecte o grau de confiança no sistema bancário e na economia angolana, no que se



refere principalmente às perspectivas de crescimento do produto interno bruto, do volume de crédito doméstico e da massa salarial, entre outras.

A interacção entre a Visa e o Sistema de Pagamentos de Angola gera várias expectativas no segmento de pagamentos electrónicos e traz melhorias no desempenho do sistema financeiro angolano, aumentando a credibilidade do país a nível internacional, permitindo maior segurança, celeridade e fiabilidade nos pagamentos.

Ainda no que diz respeito ao Sistema de Pagamentos, que desenvolvimentos vão continuar a ser implementados em 2007?

Neste domínio está em curso o Projecto de Bancarização de Salários da Função Pública. Existem outros projectos importantes como a criação de condições técnicas para a liquidação financeira de transacções da Bolsa de Valores de Angola – interface entre o SPTR e a Central de Liquidação financeira das transacções da Bolsa de Valores de Angola (CELCUS já desenvolvido – e o projecto de implementação Câmara de Compensação Automatizada de Angola.

Mais importante ainda é a implementação pelo BNA de acções no âmbito da função de vigilância do Sistema de Pagamentos de Angola em relação às acções dos subsistemas do Sistema de Pagamentos de Angola.

Como avalia a iniciativa da Deloitte Angola e da ABANC em realizar o estudo 'Banca em Análise – Angola 2007'? Que mais-valia este instrumento traz para o sector bancário, para as empresas e/ou para a sociedade em geral?

A realização do estudo 'Banca em Análise – Angola 2007' é extremamente oportuna e relevante para a reflexão dos temas que importam para o desenvolvimento do sistema financeiro angolano. De facto, o nosso mercado financeiro deverá continuar a consolidar-se nos próximos anos em função da estabilização macro-económica e das perspectivas favoráveis de crescimento e de investimento. Esse movimento deverá aumentar o número de instituições financeiras, os produtos disponíveis de poupança, o volume transaccionado no mercado secundário de títulos públicos e a qualificação dos profissionais do sector. As empresas, e a sociedade em geral, ampliarão a sua procura por informações económicas e financeiras da economia angolana para suporte à tomada eficiente de decisões referentes aos investimentos e à alocação de recursos no sistema financeiro. Este estudo, ao retratar o desempenho financeiro e operacional das instituições bancárias e ao apontar as necessidades de ajustamento do sistema bancário, consistentes com a evolução das políticas monetária e cambial, torna-se um instrumento extremamente positivo de leitura e de diagnóstico do sistema financeiro angolano.

"Intervenções do BNA visam manter a inflação baixa e estável", defende o governador

De que modo é que as intervenções do BNA no âmbito da política monetária e cambial definida pelo Governo estão a contribuir para o incentivo ao investimento do sector privado e para o aumento da competitividade da indústria angolana?

As acções da política monetária e cambial conduzidas pelo BNA em convergência com a política económica governamental visam manter a inflação baixa e estável, priorizando o cumprimento da meta de inflação definida no Programa do Governo e no Orçamento Geral do Estado. Essa é a principal contribuição do BNA para incentivar o investimento do sector privado e para elevar a competitividade da economia angolana. Uma inflação baixa e sustentável aumenta a previsibilidade na avaliação dos projectos de médio e longo prazo e facilita, por isso, o planeamento e a execução dos investimentos, aspecto fundamental no estágio actual de reconstrução nacional. Uma condução eficiente das políticas monetária, fiscal e cambial tende a resultar num ciclo virtuoso de queda da inflação, flexibilização monetária (queda da taxa de juros e aumento da proporção da oferta de crédito no produto interno bruto), e na melhoria da percepção do risco e do ambiente de negócios, variáveis fundamentais para a atracção de investimentos e de ganhos de competitividade.

Até quando é que a valorização do Kwanza vai valer a pena? Que consequências trará à economia angolana a crescente valorização da moeda nacional?

O nosso actual regime cambial é flutuante, pelo que o BNA não define um patamar fixo da taxa de câmbio, o que configuraria um regime de câmbio fixo. A apreciação do Kwanza, registada em meados do segundo trimestre deste ano, que levou a taxa média de câmbio a recuar de Kz 80/US\$ para Kz 75/US\$, foi consequência das medidas adoptadas no mercado monetário. Para cumprir as novas exigências de reservas obrigatórias e também para a realocação da liquidez para os títulos públicos os bancos desaceleraram a procura de divisas, o que afectou as cotações nominais da taxa de câmbio. Em suma, a recente

apreciação do Kwanza foi provocada pelas condições de equilíbrio do mercado monetário e cambial, o que significa que foi definida endogenamente pelo mercado.

Importará esclarecer como se efectua o mecanismo de transmissão da taxa de câmbio para a inflação interna. Uma apreciação do Kwanza reduz os custos das importações e influencia a taxa de crescimento dos preços internos. Neste sentido, a apreciação endógena da nossa moeda tenderia a contribuir para a desaceleração da inflação ao longo do tempo, sobretudo numa economia dolarizada como a nossa, que possui um coeficiente de repasse cambial ainda elevado. De facto, estudos empíricos e evidências econométricas do BNA e do FMI indicam que, em função do grau de dolarização e da abertura da economia, existe de facto um repasse cambial relevante sobre os preços.

Não haverá, contudo, 'crescente valorização da moeda nacional' alguma, pois não se espera que ocorram deslizamentos adicionais da taxa nominal de câmbio para baixo.

Entretanto, e ainda a respeito da valorização do Kwanza, alguns factores terão contribuído para manter a rigidez inflacionária, amenizando o impacto da apreciação do Kwanza sobre os custos das importações e da variação dos preços. Constata-se, nos últimos meses, a aceleração dos preços das 'commodities' agrícolas e industriais no mercado internacional. Verifica-se também um aumento maior dos preços dos bens que são importados e isso tende a ser internalizado nos preços domésticos. O segundo factor é a elevação dos componentes da procura interna, como por exemplo da massa salarial e dos gastos públicos, reflectidos no consumo privado e público e também no investimento. Com um crescimento forte da procura, sem contrapartida na ampliação da capacidade produtiva, a inflação também pode ser explicada pela componente da procura. O terceiro factor é a inércia inflacionária, que representa em média quase o dobro da influência do repasse cambial sobre os preços e é uma variável com significado no comportamento da inflação de curto prazo, ou seja, a inflação de hoje tem um forte componente da inflação passada.

Sistema financeiro angolano

Ao serviço do desenvolvimento

O crédito à economia angolana concedido pela banca comercial nacional cresce significativamente em 2006.

De acordo com os dados do Banco Nacional de Angola, entre 1998 e Setembro de 2006 foram canalizados para o sector empresarial público 28 998,84 milhões de Kz, enquanto que 331 471,66 milhões foram utilizados no financiamento do sector privado. Ainda segundo o boletim do BNA, no período em referência, o crédito disponibilizado pelos bancos comerciais ao Governo foi de 46 902,26 milhões de Kz. O crédito à economia conheceu uma aceleração em 2006. No espaço de um ano, este indicador registou um crescimento significativo (ver Estudo).

Para os analistas, este aumento do crédito à economia é justificado quer pelo clima de confiança que se instalou entre as instituições bancárias e os agentes económicos quer pelos recursos provenientes do reembolso, pelo Estado, de parte substancial do crédito que lhe fora concedido pelo sistema bancário nacional.

De facto, ao longo dos últimos dois anos, a economia angolana tem crescido a um ritmo elevado. Embora grande parte deste dinamismo esteja directamente associado ao sector petrolífero angolano, que ainda é responsável por cerca de 60% do Produto Interno Bruto, lentamente os restantes sectores de actividade económica começam a dar sinais de retoma. Neste contexto, a dinamização dos sectores não petrolíferos favorece a aceleração do crédito, o qual tenderá a expandir-se à medida que as oportunidades de investimento surjam. Assim, as instituições financeiras têm vindo, de uma forma crescente, a assumir o papel de dinamizadores da actividade empresarial, como o comprovam os números divulgados pelo Banco Central.

Financiamento privado, interesse público

Mas não é só o sector privado que tem beneficiado do apoio, e financiamento, dos bancos angolanos. Também o Estado tem recorrido, por diversas ocasiões, à banca. Por exemplo, para renovar a frota da companhia de transportes aéreo angolana, TAAG, ou para financiar a segunda fase do projecto Nova Vida, o maior projecto urbanístico em curso em Angola. Já este ano, foi constituído um sindicato bancário, liderado pelo Banco de Fomento Angola e no qual participam também o Banco de Poupança e Crédito e o Banco Africano de Investimentos, que irá canalizar 400 milhões de USD para investimentos nas infra-estruturas rodoviárias e de energia eléctrica. A operação abrange obras previstas no Programa de Investimentos Públicos e no Orçamento Geral do Estado para 2007, com destaque para a construção das estradas Luanda/Viana, Via Expressa Luanda/Cacuaco e Via Boavista/Samba, para além da construção da linha de transporte de energia eléctrica Capanda-Lucala-Viana, e respectivas subestações.

A operação financeira foi suportada pela emissão especial de Obrigações do Tesouro em moeda externa ('OT-ME - Investimentos

públicos 2007'). Neste âmbito, os bancos envolvidos assumiram o compromisso de "tomar firme a totalidade da operação e de subscrever 85% da emissão, sendo o remanescente colocado, através de uma Oferta Particular, à subscrição de outros bancos". Este é o maior valor desde sempre alcançado por uma operação de sindicância financeira estruturada em moeda externa com bancos angolanos, sendo, igualmente, a primeira operação financeira em que Obrigações do Tesouro Nacional foram emitidas com maturidades de 8 a 12 anos, alongando o perfil da dívida pública de forma considerável, uma vez que as emissões anteriores tiveram maturidade de 1 a 7 anos. As diferenças, relativamente às operações anteriores, assentam ainda na taxa de juro, que não ultrapassa a taxa média ponderada das anteriores emissões, apesar dos valores e prazos mais alargados. Características que, para o Ministério das Finanças de Angola, "evidenciam a crescente confiança dos meios financeiros no processo de estabilização e crescimento sustentável da economia de Angola", como foi sublinhado em comunicado desta instituição. Numa altura em que mais de metade dos depósitos bancários permanecem parados e que o volume de reservas estatais aumenta, o financiamento do investimento público é cada vez mais considerado "um bom negócio" para a maioria das instituições bancárias angolanas. Aliás, em 2006 Angola acumulou mais de oito mil milhões de USD em divisas, contra 3,189 mil milhões em 2005 e 1,372 mil milhões em 2003, sendo um dos países que mais contribuiu para o aumento das reservas e investimento na África ao sul do Saara, como revela o relatório do Banco Mundial, 'Global Development Finance'. E até ao final deste ano as reservas cambiais do Banco Nacional de Angola poderão ultrapassar os dez mil milhões de USD.



VIAGENS, OBRAS, AR CONDICIONADO,
OU O QUE QUISER
ESCOLHA!

- **Rápido e Simples**
- **Prazo até 60 meses**

Se quer comprar aquele presente para si ou para a sua família, fazer obras, viajar ou festejar aqueles momentos importantes de vida, venha ao Millennium Angola e informe-se sobre o Crédito Pessoal Millennium. Crédito até 50,000 USD com taxa de juro muito atractiva e prazo até 60 meses. Tudo está pensado para encontrar o equilíbrio e a prestação à medida do seu bolso.

NOVOS BALCÕES:
Huambo
e Bairro Popular

BALCÕES:
Rua Rainha Ginga, Av. Portugal,
São Paulo, Amílcar Cabral (Luanda),
Lobito, Benguela e Viana

Millennium
Angola

A vida inspira-nos



Uma resposta sempre à mão com a NOSSA Seguros

Venha conhecer as nossas soluções...

Nossa - Nova Sociedade de Seguros de Angola, S.A. • Avenida 4 de Fevereiro, 111 Luanda - Angola
info@nossaseguros.com • www.nossaseguros.com • Tel.: 222 399 909 / 222 399 929 • Fax: 222 399 153

Biliões por investir

Apesar do optimismo generalizado e do crédito concedido pela banca nacional à economia angolana registar, percentualmente, um elevado crescimento, (segundo um estudo efectuado pelo Banco Português de Investimento, principal accionista do Banco de Fomento Angola, em Maio de 2007, o crédito à economia terá crescido 81%, comparativamente ao período homólogo do ano anterior), na realidade o volume de crédito concedido é ainda pequeno face às potencialidades de investimento do mercado e à própria capacidade das instituições bancárias. Com 15 bancos comerciais a operarem no mercado angolano, o crédito bancário representou, em 2006, apenas 0,5 por cento do PIB do país.

São, sobretudo, as pequenas e médias empresas que mais sentem dificuldades em aceder aos empréstimos bancários. A incapacidade de prestarem as garantias habitualmente exigidas, a lentidão dos processos associados ao registo de hipotecas e reconhecimentos notariais, a escassa informação existente da Central de Riscos do Banco Nacional de Angola e a incipiente organização contabilística por parte de algumas empresas, constituem alguns dos entraves à expansão do acesso ao crédito bancário.

A pressão do mercado e as exigências impostas pelas instituições bancárias reforçam a necessidade de um maior investimento na formação de quadros e de gestores empresariais, no reforço do sistema jurídico, ao nível da protecção de contratos, e na melhoria das informações que são prestadas ao mercado.



CRÉDITO POR SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

1º SEMESTRE 2007

SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

	Dez - 06	Jan - 07	Fev - 07	Mar - 07	Abr - 07	Mai - 07	Jun - 07
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	2.204,72	2.134,05	2.469,69	2.958,64	3.179,29	2.821,91	3.160,15
Pescas	2.210,31	1.217,80	2.189,88	2.383,43	2.211,97	1.413,62	2.466,60
Indústria extractiva	27.996,25	13.112,97	19.446,48	18.070,48	17.586,79	19.015,32	26.420,99
Indústria transformadora	8.863,35	12.106,91	15.603,81	15.643,10	18.543,05	15.211,11	17.858,00
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	417,13	19,68	363,32	522,67	1.940,87	1.029,13	1.569,94
Construção	16.939,18	13.111,31	18.073,24	20.104,62	23.482,00	19.722,00	23.729,92
Comércio	32.548,29	53.168,91	62.319,30	67.474,53	67.770,90	58.249,53	64.639,50
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	2.949,85	2.584,83	3.005,83	3.834,21	4.011,13	3.655,28	4.144,82
Transportes, armazenagem e comunicações	19.161,88	18.019,84	21.259,28	22.181,17	19.568,41	18.704,76	22.854,82
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	13.060,61	36.431,61	39.465,11	24.889,49	42.758,80	38.909,50	40.642,56
Educação, saúde e acção social	2.316,11	1.840,03	2.033,51	1.640,15	1.980,01	1.137,82	1.399,41
Particulares	155.508,45	133.789,63	118.210,68	142.743,24	130.775,99	156.730,07	143.829,94
TOTAL	286.191,16	288.447,36	305.900,33	324.141,86	334.646,06	337.078,24	356.627,32

Fonte: Banco Nacional de Angola



Banco de Desenvolvimento de Angola

Instituição financeira pública, o BDA assume um importante papel no reforço e na consolidação do sector privado angolano. As primeiras operações-piloto já arrancaram em algumas províncias do país.

Formalmente criado em Junho de 2006, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) é a instituição financeira pública de execução da política de desenvolvimento e investimento do Governo angolano. Na prática, a esta nova entidade compete financiar projectos inseridos nos programas económicos e sociais nacionais, mobilizar recursos financeiros e outros para o financiamento dos mesmos, canalizar fundos para o financiamento de iniciativas que visem minimizar o impacto ambiental provocado pelas acções e prestar serviços de consultoria, incluindo a formação e a capacitação de empresários, e, ainda, colaborar na realização de auditorias técnicas. Os empresários e produtores angolanos detentores da maioria do capital das empresas que irão beneficiar deste apoio constituem o público-alvo do BDA. Nos próximos 12 a 18 meses, período durante o qual decorre uma fase experimental que servirá para ensaiar, testar e pôr em prática o conceito, a filosofia e o modo de actuação da instituição, o

Em função do projecto apresentado e do financiamento solicitado, o BDA vai analisar a capacidade do empresário em levar avante o seu projecto e determinará se estará apto para obter o financiamento de imediato ou se, pelo contrário, deverá previamente frequentar acções de formação e capacitação.

Banco vai financiar as cadeias produtivas do milho, do feijão, do algodão e dos materiais de construção civil. Uma selecção motivada pela necessidade de garantir a auto-suficiência alimentar do país, pelo impacto significativo destas actividades no aumento dos rendimentos das populações rurais e, por essa via, na melhoria do poder de compra dos camponeses. Por outro lado, o sector da construção civil será nos próximos anos um dos mais dinâmicos da economia nacional, sendo, por isso, urgente quer a reconstrução da indústria nacional de materiais de construção quer a capacitação dos empresários locais do sector.

Nesta primeira fase a actividade do BDA irá concentrar-se apenas em algumas províncias do país. Assim, no caso das cadeias do milho e do feijão, foram seleccionadas as províncias do Bengo, Benguela, Huambo, Huíla e Kwanza Sul. As acções de apoio à cadeia produtiva do algodão concentram-se no Kwanza Sul e em Malange. Nas províncias do Bengo, Benguela, Cabinda e Luanda, o BDA vai poder financiar os empresários ligados à indústria dos materiais de construção. Só daqui a um ano e meio o BDA terá, então, condições para estender a sua actividade a todo o país.

Financiar a acção e a formação

Se todos os empresários angolanos a título individual ou empresas angolanas, desde que controladas maioritariamente por cidadãos angolanos, podem recorrer ao crédito do BDA, nem todos terão acesso imediato aos recursos disponibilizados por esta instituição. O modelo de funcionamento é claro: feito o pedido de financiamento, os empresários serão cadastrados para uma análise de risco-cliente. Em função do projecto apresentado e do financiamento solicitado, o BDA vai analisar a capacidade do empresário em levar avante o seu projecto e determinará se estará apto para obter o financiamento de imediato ou se, pelo contrário, deverá previamente frequentar acções de formação e capacitação.

No conjunto, são três os programas de apoio da instituição: 'Programa Acção Financiadora Imediata', 'Programa de Acções Organizativas de Preparação de Crédito' e 'Acções institucionais para a implementação de instrumentos de protecção ao crédito e ao produtor'.

O primeiro visa "atender empresários de qualquer dimensão, com

capacidade organizacional, técnica e de gestão comprovada e que necessitam, sobretudo, de apoio financeiro para desenvolverem as suas actividades produtivas". Os empresários que não estiverem em condições de atender aos pré-requisitos de acesso ao crédito devido a limitações de natureza técnica e/ou organizacional, poderão beneficiar do segundo programa de apoio, que visa desenvolver acções que contribuam para a resolução de constrangimentos identificados junto dos empresários, como acções de formação, capacitação e qualificação dos empresários, criação de soluções e disseminação de novas tecnologias", explica Gualberto Lima Campos, administrador do BDA.

O terceiro programa será implementado em articulação com outras instituições governamentais e visa melhorar o ambiente de negócios, em especial no meio rural, por forma a proporcionar uma maior segurança no retorno dos financiamentos.

Condições especiais

De um modo geral, as condições de financiamento e os encargos financeiros dos empréstimos do BDA são mais vantajosos do que os oferecidos pela banca comercial. "A taxa de juro, a ser revista periodicamente, será inicialmente de 8% ao ano para empréstimos em moeda nacional", adianta Gualberto Lima Campos. O período de carência e os prazos de reembolso irão depender do sector de actividade a que se destinam os financiamentos.

Não estão estipulados montantes mínimos nem limites máximos de financiamento. Contudo, em caso de projectos que requeiram um montante de financiamento muito elevado, o BDA poderá recorrer à modalidade de co-financiamento com outros bancos comerciais.

Para além das operações de financiamento directo, a instituição prevê uma actuação conjunta com a banca comercial ao nível das operações de financiamento indirecto, através da criação de linhas de crédito de médio e longo prazos, que serão geridas pelos bancos comerciais que tenham assinado convénios com o BDA. Estas linhas de crédito, cujo montante não foi ainda especificado, terão como finalidade o financiamento de projectos que reportem directamente às cadeias produtivas seleccionadas. Também as condições de acesso aos montantes disponibilizados pelas linhas de crédito são as mesmas que foram definidas para os projectos financiados directamente pelo BDA.

De acordo com o administrador do Banco, a instituição não estabeleceu um tecto máximo de ajuda a conceder durante o período experimental. "A principal fonte de recursos do BDA é o Fundo Nacional de Desenvolvimento, que é alimentado pelo Orçamento Geral do Estado. Assim, de acordo com as disponibilidades do Fundo, o BDA irá libertar os recursos necessários ao financiamento de projectos viáveis que serão criteriosamente analisados", especifica o mesmo responsável.

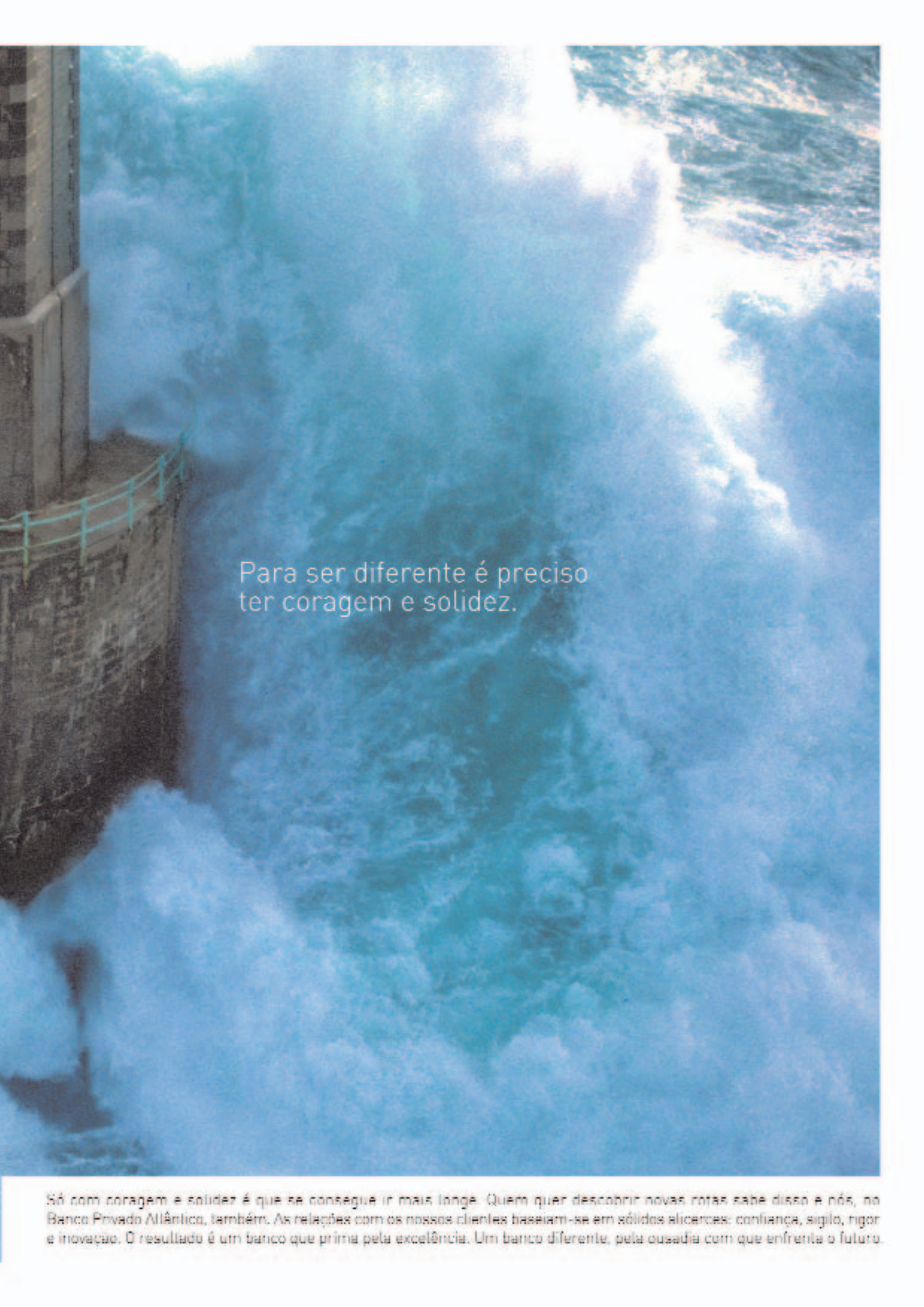
Criado em Junho de 2006, o FND visa financiar projectos do sector privado no âmbito dos programas de desenvolvimento do país. Através de uma conta registada no BDA, o Fundo pode ser aplicado na concessão de financiamentos, incentivos financeiros, participação com capital de risco promocional e concessão de garantias de financiamento.



BANCO PRIVADO ATLÂNTICO

Diferente, Pelas Pessoas





Para ser diferente é preciso
ter coragem e solidez.

Só com coragem e solidez é que se consegue ir mais longe. Quem quer descobrir novas rotas sabe disso e nós, no Banco Privado Atlântico, também. As relações com os nossos clientes baseiam-se em sólidos alicerces: confiança, sigilo, rigor e inovação. O resultado é um banco que prima pela excelência. Um banco diferente, pela ousadia com que enfrenta o futuro.

Comissão de Mercado de Capitais

É preciso impor
transparência e boas
práticas de gestão



António Cruz de Lima
Presidente da Comissão de Mercado de Capitais

António Cruz de Lima acredita que no início de 2008 estarão reunidas as condições para o tão esperado arranque da Bolsa de Valores e Derivativos de Angola. Transparência, boas práticas de contabilidade e gestão financeiras são valores que o presidente da Comissão de Mercado de Capitais promete defender afincadamente.

Depois de falhada a abertura da Bolsa de Valores e Derivativos de Angola em Outubro de 2006, qual o ponto de situação sobre o arranque da mesma?

Não podemos falar em falha. O atraso da abertura da BVDA prende-se com questões objectivas e sobretudo de índole natural, ligadas ao aumento da precipitação sobre Luanda. A cidade foi abalada nos últimos tempos por fortes chuvas que causaram grandes danos materiais e paragens nas obras de construção das futuras instalações da BVDA. Isto obrigou-nos a refazer o projecto arquitectónico inicial, bem como o respectivo processo de obtenção de novas licenças e a acondicionar o material necessário à empreitada. Esta situação gerou um atraso na ordem dos sete a dez meses. Portanto, não havia condições para acelerar as outras envolventes de criação da Bolsa, como sejam a selecção e formação de pessoal em ambiente real, o ensaio ou teste do sistema de negociação, etc., sem que a parte física estivesse em condições de suportar as demais. Uma vez ultrapassados os constrangimentos acima referidos, estaremos mais à vontade para avançar com uma data para a abertura da BVDA. Enquanto isso, temos o início do ano de 2008 como data esperada para o arranque da Bolsa.

O interesse demonstrado pelos investidores no arranque da instituição constituiu uma surpresa? Qual a percentagem detida pelo Estado?

Inicialmente houve alguma apreensão relativamente ao projecto de criação de uma bolsa de valores, mas depois verificou-se um interesse crescente dos grandes 'players' financeiros, e não só, da nossa praça. A procura foi de longe superior à oferta de acções, pelo que o capital social da BVDA ficou em quinze milhões de dólares. Assim, podemos concluir que o número de accionistas, 25, poderia, à vontade, ser muito maior. Apesar de tudo, a participação do Estado, através das suas empresas, ronda os 51% do capital da BVDA, o que é perfeitamente aceitável nesta fase inicial. Mas, a médio prazo, assistir-se-á à redução gradual da presença do Estado.

Quantas empresas poderão vir a participar da sessão inaugural? E qual a perspectiva de evolução?

Os estudos realizados apontam para que tenhamos na sessão inaugural da Bolsa uma dezena de empresas. A perspectiva aponta para o aumento gradual desse número, tendo em conta o surgimento natural de mais sociedades abertas, dada a necessidade crescente de financiamento dos empresários, bem como a valorização das empresas. Isso obriga a uma melhor organização das empresas, bem como à manutenção de sólidas estruturas financeiras por parte das mesmas, o que vai obrigar à adopção de práticas consentâneas com o mercado bolsista, transparente por excelência.

Um passo para a privatização

Muito se tem especulado sobre a possibilidade de cotação das empresas públicas na BVDA, como por exemplo as companhias do universo Sonangol, a Angola Telecom ou a Taag. Que condicionantes podem impedir a sua entrada em Bolsa?

Em princípio haverá abertura para qualquer empresa que tenha um plano de investimento para captar recursos, como aliás acontece em todo o mundo. No caso particular das empresas públicas, a exigência de deliberação da Assembleia-Geral de accionistas será substituída por uma resolução do Conselho de Ministros ou por despacho do Secretário de Estado do Sector Empresarial Público, a autorizar a alienação da empresa. Ora, as empresas públicas a partir do momento em que se quiserem cotar terão de proceder à alteração dos seus estatutos, ou pacto social, para se transformarem em sociedades abertas. No entanto, a proporção das acções das empresas públicas que estiverem cotadas em bolsa é linearmente equivalente à percentagem da privatização que essa empresa sofreu, a não ser que essas acções sejam preferenciais, ou seja, acções sem direito de voto. Quanto às condicionantes, essas cingir-se-ão única e exclusivamente ao cumprimento do quadro legal existente e às respectivas instruções da Comissão do Mercado de Capitais e da própria Bolsa. Falamos da Lei das Empresas Públicas, da Lei das Instituições Financeiras, da Lei dos Valores Mobiliários, enfim de toda a regulamentação necessária e exigível para a cotação de uma empresa na Bolsa de Valores.

A BVDA pode acelerar o processo de privatizações em Angola? Qual será a sensibilidade do Governo angolano relativamente à manutenção da sua posição nos sectores considerados estratégicos?

A BVDA é um palco para transacções de valores mobiliários e modernamente tem sido lugar privilegiado para processos de privatizações. Nesta perspectiva, pode acelerar o processo de privatizações em Angola. O Estado deverá enveredar pelo processo gradual de privatização das empresas públicas, não se desfazendo totalmente das empresas mas alienando uma pequena parte do seu capital, como é prática corrente no mundo moderno. Reserva-se uma parte para os trabalhadores que aguentaram as empresas durante muitos anos e esses são representados através de fundos de pensões ou fundos de investimento. Estes, enquanto mecanismos de investimento colectivo, serão um instrumento valiosíssimo na captação e aplicação das poupanças no processo produtivo para o desenvolvimento do país.

O sucesso do mercado de capitais vai depender em larga medida da transparência e do rigor das informações prestadas pelas empresas. As empresas angolanas estão abertas à introdução de novos mecanismos de contabilidade e transparência das suas contas?

Tenho a certeza que sim. A transparência e o *full disclosure* são as



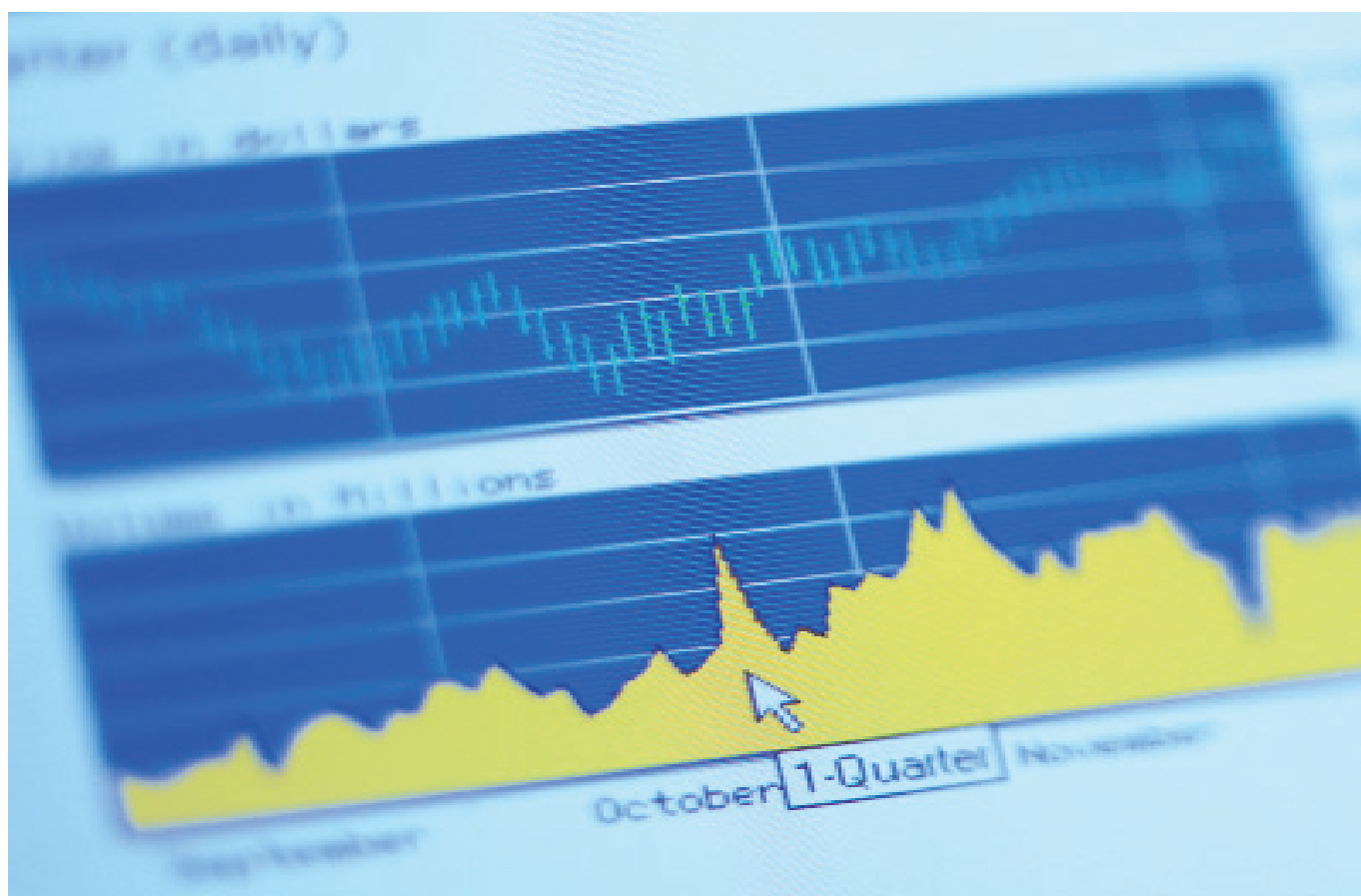
grandes bandeiras do mercado de capitais. Por isso, a CMC tem tido a preocupação de editar diplomas normativos que impõem requisitos e deveres para disciplinar a actuação dos participantes no mercado de capitais. Por outro lado, há uma série de mecanismos de supervisão definidos por lei e em sede de regulamento. A conformidade à lei e aos regulamentos e a transparência serão a pedra de toque para a funcionalidade do mercado. Desta forma, seremos implacáveis, até mesmo para não defraudar expectativas nem tão pouco frustrar direitos.

Que mecanismos de fiscalização serão adoptados?

O nosso Ordenamento Jurídico tem um conjunto de leis e regulamentos que têm sido aprimorados de molde a prever e a cobrir todas as situações, como a Lei das Sociedades Comerciais, a Lei da Contabilidade e Auditoria, que estabelecem regras de cumprimento obrigatório. Temos ainda os regulamentos e as recomendações que a CMC está a preparar, bem como toda a envolvente sobre o governo das sociedades, estando prevista a criação da figura do Director de Relações com o Mercado. Enfim, temos mecanismos para obrigar ou levar os participantes do mercado a cumprirem os ditames da lei e das boas práticas de mercado, sob pena de sofrerem penalizações sempre que incorram em irregularidades. Claro que este é um processo lento e prolongado mas necessário e adaptável às nossas empresas e aos seus gestores.

Que acções foram empreendidas no âmbito do acordo de cooperação assinado entre a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários de Portugal e a CMC de Angola?

Foram empreendidas acções de formação, que se realizaram em Lisboa. Nesta primeira fase, a CMC vai aproveitar ao máximo a experiência de todas as suas congéneres, de forma a ganhar o traquejo necessário à sua principal missão, que é a supervisão. Este acordo de cooperação, na medida em que tem proporcionado novas valências e conhecimentos em matéria de mercado de capitais aos técnicos da CMC, vai melhorar a eficiência e, consequentemente, emprestar mais apuro técnico à nossa instituição. Neste *job training* em Portugal os técnicos angolanos puderam tomar contacto com aspectos ligados à preparação de OPA, tratamento de informação privilegiada, crime de mercado e vários aspectos ligados ao quotidiano de uma entidade supervisora.



Rigor e contenção na despesa pública

Uma só política monetária, cambial e fiscal

O crescimento da economia angolana em 2006 é aplaudido por todos os organismos internacionais, desde a ONU ao FMI e à OCDE, e o optimismo face ao desempenho futuro é generalizado.

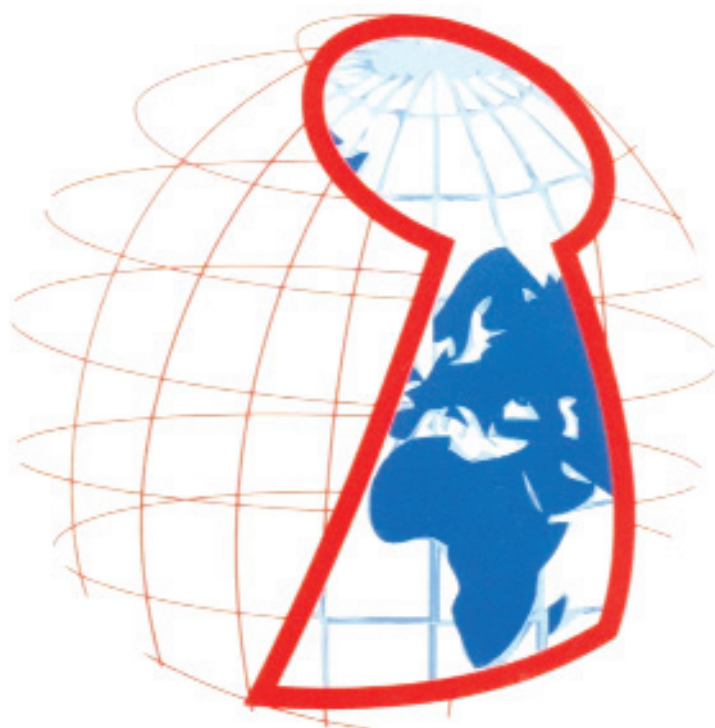
Todos os dados nacionais e divulgados pelos organismos multilaterais relativos ao desempenho da economia angolana em 2006 indicam que o país prossegue o caminho da estabilidade macro-económica. O PIB continuou a crescer de modo contínuo e sustentado (18,6%), fruto quer do crescimento do sector petrolífero (estimado em 13,1%) quer, também, do sector não petrolífero (25,6%) – onde se destacam os sectores da construção e obras públicas (30%), diamantes e outras indústrias extractivas não petrolíferas (41,7), indústria transformadora (44,7%) e energia e águas (28,3%). A contribuição do sector petrolífero para o PIB em 2006 está estimada em 57% e a do sector não petrolífero em 43% .

O crescimento da taxa de inflação mensal, com excepção dos dois últimos meses do ano, que comprometeram a meta dos 10% prevista, manteve-se abaixo de 1 ponto percentual. A taxa de inflação acumulada, na casa dos 12,2%, foi, ainda assim, inferior aos 18,53% registados em 2005.

As reservas internacionais líquidas registaram uma expansão extraordinária, a moeda nacional, o Kwanza, sofreu uma apreciação real contínua face ao dólar ao longo do ano, as taxas de juro registaram uma queda generalizada e o crédito à economia teve um aumento significativo, muito embora ainda se mantenha em níveis bastante baixos.

totta

Banco Totta de Angola



**O totta abre-lhe
as portas ao Mundo**

**Benguela • Cabinda • Lobito
Luanda • Lubango**

E-mail: totta.ang@ebonet.net



 **Commercial Banking**
Mais Dinamismo

 **Investment Banking**
Mais Crescimento

 **Private Banking**
Mais Valor

Agência e Serviços Centrais

Rua Rainha Ginga, 75 - Luanda - Angola

Tel: (+244) 222 394 100 / 61 | (+244) 222 394 223 / 84 Fax: (+244) 222 395 101

Email: sedeocentral@bancokeve.ao | www.bancokeve.ao

Banco  **Keve**

NO RUMO CERTO

Em síntese, os meios de pagamento estão sob controlo, a inflação baixou, as contas externas estão reforçadas, a taxa de câmbio flutuante mantém a estabilidade e as taxas de juro mantêm-se num patamar compatível com os objectivos de relançamento da economia de acordo com um cenário de estabilidade e crescimento sustentável. E, na perspectiva das autoridades angolanas, tal desempenho deve-se à criação de condições favoráveis ao investimento privado nacional e estrangeiro, mas, fundamentalmente, à contenção da despesa pública e à aplicação de uma política monetária rigorosa assente nas operações cambiais e de mercado aberto, e, ainda, à evolução favorável dos preços do petróleo nos mercados internacionais.

“Hoje em dia já ninguém duvida de que a emissão monetária que causa a inflação é sempre fruto da incapacidade financeira do Tesouro em cobrir os gastos de todas as entidades do Estado, quer da administração directa quer da indirecta, incluindo as empresas públicas e o próprio banco central, o que origina um processo de crescimento em espiral da moeda ou de títulos da dívida pública que vão assumindo o carácter de moeda. Recorrer de forma ilimitada à emissão de títulos do Tesouro, para evitar a emissão ilimitada de moeda pelo banco central conduz ao mesmo resultado desastroso. A garantia dos avanços que conquistámos nos domínios do controlo da inflação, da estabilidade das taxas de câmbio e de juros, depende de mantermos a dívida pública dentro de limites consistentes com a capacidade fiscal para o pagamento do seu serviço e a sua sustentabilidade a longo prazo”, salientou José Pedro de Moraes Júnior, ministro das Finanças de Angola no discurso que proferiu durante uma conferência integrada nas comemorações dos 30 anos do Banco Nacional de Angola, em Maio de 2007.

Opções de política macro-económica

Desde 2004 que o Ministério das Finanças (MINFIN) e o Banco Nacional de Angola (BNA) actuam de forma articulada, sob coordenação do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, Aguinaldo Jaime, na condução da Política Monetária e Fiscal. E, na perspectiva do Governo, os resultados obtidos justificam não só a continuidade como o reforço dessa estratégia, uma vez que esta é a responsável pela evolução positiva das contas do país.

“A inflação desceu dos 105,6% em 2002, para 7,54% nos primeiros nove meses de 2006, numa trajectória que se aproximará da meta dos 10% estabelecida para 2007. As reservas internacionais líquidas passaram de US\$ 323 milhões em 31 de Dezembro de 2002 para US\$ 5.816 milhões em 30 de Setembro de 2006. O Produto Interno Bruto mantém a tendência firme de crescimento, quer no sector petrolífero quer no não petrolífero, uma vez que cresceu 18,6% em 2006, suplantando a taxa de inflação, que ficou em 12,2%. Repete-se, deste modo, o desempenho de 2005, ano em que o crescimento real do PIB (20,6%) também superou a taxa de inflação”, acrescentou o ministro das Finanças de Angola.

A estabilidade da flutuação das taxas de câmbio manteve-se em 2006 e as taxas de juro voltaram a descer para um “patamar de equilíbrio mais favorável ao longo do ano, o que se deveu fundamentalmente ao esforço fiscal que possibilitou ao Tesouro constituir reservas financeiras especiais na CUT, tornando desnecessária a emissão maciça de novos Bilhetes do Tesouro em substituição dos que foram emitidos em 2005 para suporte ao aumento das reservas internacionais líquidas junto do BNA.”

No entender do ministro das Finanças angolano este desempenho mostra que o binómio Tesouro/Banco Central vai poder estabelecer “as bases firmes de uma política fiscal e monetária capaz de produzir um patamar de juros que sirva de referência para a emissão de títulos privados de longo prazo, na altura em que isso seja possível pelo



relançamento do empresariado nacional e pela expansão do crédito bancário de médio e longo prazo aos projectos de investimento no país.”

A gestão monetária e a gestão fiscal são instrumentos de uma mesma política financeira e devem ser operadas de forma solidária, responsável e comprometida com os objectivos da estratégia do Programa do Governo em matéria macro-económica e de gestão das finanças públicas. E, no estágio de desenvolvimento do país, deve ser a política macro-económica a orientar as tendências do mercado no plano interno e não o contrário, defende o ministro das Finanças, contrariando assim as teses dos defensores de uma política monetária independente da política fiscal, em que o principal instrumento da política monetária do banco central seria a colocação de títulos do Estado no mercado aberto até ao montante necessário para secar os excessos de tesouraria dos bancos. “Tais excessos de tesouraria – originados pelos depósitos dos clientes – são recursos excedentários às reservas obrigatórias e que a estas acrescem sob a forma de reservas livres. Os bancos optam por deixá-los depositados no banco central porque não consideram conveniente aplicá-los na expansão do crédito à economia. Remunerar tais depósitos com a sua transformação em títulos do Estado, aumentando a dívida pública por mecanismos extra orçamentais, incentivará ainda mais essa prática, que é danosa para o equilíbrio fiscal e adversa para o relançamento da economia e criação de emprego no país”, justifica José Pedro de Moraes.

Assim, os leilões de divisas e de títulos vão continuar a ser o meio privilegiado pela autoridade monetária e cambial para manter o equilíbrio das taxas de juro e de câmbio no mercado primário e, por extensão, no mercado secundário. Só assim, assegura o ministro das Finanças angolano, se garante a execução equilibrada do OGE e a harmonia entre a gestão fiscal e monetária.

EMIS prepara-se para proceder à emissão de cartões VISA



Entre 21 de Maio e 31 de Julho de 2007 a EMIS registou um total de 9.162 transacções de aceitação com cartões da rede VISA, número que correspondeu a um volume de levantamentos de 85.540.700,00 kwanzas (cerca de 1.147.200,00 USD).

Neste momento, apenas três dos 15 bancos a operar em Angola estão a aceitar transacções com cartão de crédito da rede VISA. De acordo com Pedro Puna, presidente do Conselho de Administração da Empresa Interbancária de Serviços (EMIS), a empresa está a preparar-se para realizar as operações de processamento dos cartões VISA emitidos pelos bancos que fazem parte da rede, operação que actualmente é assegurada *in-house* pelos bancos ou por entidades externas com as quais têm acordos. O presidente da EMIS estima que no final de 2008 os bancos angolanos tenham emitido cerca de 256 mil cartões VISA – o mesmo número de cartões da Rede MULTICAIXA actualmente activos.

Quantos bancos estão já a trabalhar com a rede VISA? E quando é que todos os bancos a operar em Angola aceitarão transacções e emitirão cartões de crédito da rede VISA?

Dos 14 bancos que fazem parte da Rede MULTICAIXA, seis estão já filiados na VISA com a categoria de Membro Principal e dois com a categoria de Membro Associado, depois de terem preenchido os requisitos exigidos pela marca internacional. Porém, destes oito bancos apenas três estão já a aceitar o cartão VISA nos respectivos terminais ATM's e POS ligados à Rede MULTICAIXA, que, por sua vez, também teve que se adequar às exigências tecnológicas da VISA, através de um processo de certificação. O processo de filiação dos demais bancos está em curso e em breve será uma realidade, à medida que cada um for satisfazendo os requisitos exigidos pela VISA.

A emissão de cartões VISA, por sua vez, requer outro trabalho, talvez mais moroso, no qual a EMIS e os bancos se encontram a trabalhar. Alguns bancos angolanos já estão a emitir cartões VISA, mas fazem-no com base em arranjos *in-house* ou com o suporte de outros processadores, até que a EMIS possa também suportar a emissão do cartão VISA, como o faz presentemente com o cartão MULTICAIXA.

Qual o volume de transacções registado até ao final do primeiro semestre de 2007 por via da utilização de cartões de crédito em Angola?

De 21 de Maio a 31 de Julho, a Rede registou um total de 9 162 transacções de aceitação com cartões VISA que totalizaram um volume de levantamentos em moeda nacional de 85.540.700,00 kwanzas (cerca de 1.147.200,00 USD). A EMIS não dispõe de informações relativas às operações realizadas no exterior por cartões de crédito emitidos por bancos angolanos.

Quais as estimativas de crescimento previstas até ao final de 2007? E para 2008?

Nesta primeira fase, a EMIS apenas está a dar suporte à aceitação. O suporte à emissão é a fase seguinte, na qual estamos a trabalhar em conjunto com os bancos. Porém, a avaliar pelo volume de transacções realizadas em tão curto espaço de tempo, podemos afirmar, sem receio, que as estimativas de crescimento são excelentes, ou seja, que acreditamos que a maioria dos actuais titulares de cartão MULTICAIXA irá possuir também o cartão VISA, não tanto para as operações no país mas pelas facilidades e vantagens que o cartão VISA oferece a quem se desloca ao estrangeiro.

Em números, isso corresponde a...

Hoje temos na Rede cerca de 256 mil cartões MULTICAIXA activos (cartões que fazem pelo menos uma transacção por mês) contra aproximadamente 540 mil cartões válidos. Fazendo projecções com base nos indicadores de crescimento disponíveis, acredita-se que em finais de 2008 este será, mais ou menos, o número de cartões VISA emitidos pelos bancos da nossa Rede.

Já é possível realizar operações com cartão VISA em qualquer terminal de pagamento automático?

Ainda não. Como referi no início desta entrevista, só os ATM's da Rede MULTICAIXA afectos a três bancos aceitam transacções com o cartão VISA e apenas um destes bancos aceita transacções nos seus POS MULTICAIXA. Tudo indica que até ao final do mês de Agosto estas três instituições bancárias estarão a aceitar transacções com cartões VISA nos seus terminais de pagamento automático (POS). Note-se que os 700 TPA existentes hoje na Rede MULTICAIXA na cidade de Luanda estão tecnicamente preparados para aceitarem transacções com cartão VISA. Mas isso só não basta. É também necessário que o banco de apoio ao terminal esteja preparado, isto é, que disponha da licença de acquiring da marca internacional e que tenha o sistema interno operacional para lidar com esse negócio. E, neste momento, apenas os TPA afectos a um dos bancos da Rede estão a aceitar transacções com cartão VISA. O trabalho prossegue em relação aos TPA afectos aos demais bancos (*acquirers*). A massificação deste serviço, com instalação de mais terminais nos grandes centros comerciais, hotéis, restaurantes e similares, é a grande aposta a que os bancos se propuseram para este ano de 2007.

Como funciona este serviço nas demais regiões do país?

Os terminais ATM's instalados nas províncias que estão afectos aos três bancos com aceitação VISA também já aceitam transacções com cartão VISA. Porém, a realização de transacções com cartão VISA nos terminais TPA instalados nas províncias só poderá tornar-se possível quando tivermos o sistema GPRS devidamente estabilizado em todo o país. Em Julho último assinámos um acordo com a UNITEL, através do qual esta operadora de comunicações se compromete a agilizar o processo tecnológico que nos vai garantir esses recursos, com fiabilidade e alta disponibilidade, dentro de muito pouco tempo.

Para quando está prevista a operacionalização de outras redes em Angola?

De momento a nossa prioridade é apoiar os bancos que ainda não finalizaram o processo de filiação na VISA, para que o façam também antes do final de Outubro próximo. Consolidada esta etapa, e desde que um dos nossos bancos aceite representar em Angola qualquer das outras bandeiras e designe a EMIS como seu processador, a Rede MULTICAIXA estará automaticamente preparada para aceitar os cartões dessas marcas (MASTERCARD, AMEX e outras).

Qualquer processo será mais fácil visto que quando partimos para o Projecto VISA tivemos o cuidado de antecipar a evolução do *software* e a sua compatibilidade com as normas EMV, que implicam a utilização de *chip* e de PIN. Trata-se de uma vantagem que as outras Redes não detêm e que vão ter de adoptar a curto prazo.

ALGUNS NÚMEROS

- 256 mil cartões MULTICAIXA activos;
- 6% da população angolana (cerca de 1 milhão de clientes bancários) está bancarizada, isto é, possui conta bancária e realiza com regularidade as suas transacções financeiras através dos bancos;
- A taxa de penetração do MULTICAIXA situa-se na ordem dos 25% da população bancarizada;
- O objectivo é atingir uma penetração de 50% em 2010 e de 80% em 2013;
- 450 terminais ATM;
- 730 terminais de pagamento automático (POS ou TPA) activos;
- 1000 é o número de TPA em funcionamento previsto para o final de 2007.



Pedro Puna
Presidente do
Conselho de
Administração
da EMIS

Relativamente à rede MULTICAIXA, qual foi o volume de transacções realizada em 2006 e no primeiro semestre de 2007? Quais as previsões de crescimento a curto e médio prazos?

De acordo com os relatórios mensais que distribuímos aos bancos que fazem parte da Rede (documento que reflecte não só o volume de transacções e a taxa de crescimento, mas também o grau de eficiência, disponibilidade e consolidação do serviço), terminámos o ano de 2006 com uma média de 950 mil transacções/ mês em ATM's e 35 mil transacções/ mês em TPA.

Em finais de Junho de 2007, a média registada ascendeu a 1 milhão e 450 mil transacções/ mês em ATM's e 56 mil transacções/ mês em TPA. Actualmente a taxa de crescimento situa-se em torno dos 10% ao mês. As nossas estimativas apontam para uma estabilização da taxa de crescimento em torno de 8% ao mês no corrente ano (haverá ainda um crescimento na bancarização da população angolana, processo que, obviamente, virá potenciar a utilização do cartão MULTICAIXA), prevendo-se que no próximo ano o crescimento se fixe em torno dos 4 a 5% ao mês.

Finalmente, quais são os principais objectivos da EMIS para este ano de 2007?

De acordo com Plano de Negócios aprovado pelos accionistas para o presente exercício, os principais objectivos são consolidar a operação actual, apostando continuamente na melhoria da qualidade do serviço e da robustez da Rede, procurando manter e reforçar a confiança dos utentes; e garantir a continuidade do negócio em todas as suas vertentes – nesse sentido a sociedade estabeleceu um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) cuja peça central é o estabelecimento de um novo Centro de Processamento de Dados Seguro, cuja construção terá início em Fevereiro de 2008.

Pretende-se também consolidar a expansão da rede MULTICAIXA, contribuindo com isso para a massificação do pagamento electrónico em Angola, levando o serviço de Pagamento Automático (TPA) ao país inteiro; cooperar estreitamente com os bancos da Rede em acções que promovam a bancarização da população angolana; apoiar os bancos na sua relação com as marcas internacionais de cartões de pagamento, incluindo o suporte local à emissão de marcas internacionais, visando introduzir futuramente o 'cartão co-brand' e, ainda, implementar novos serviços interbancários, nomeadamente as transferências a crédito e os débitos directos.

Prosseguimos, igualmente, com o objectivo de dotar a Empresa com um Centro Administrativo e Operacional capaz de garantir a segurança, comodidade e dignidade requeridas pela natureza da missão que lhe está conferida, assim como reforçar e reestruturar o quadro do pessoal e cuidar das respectivas acções de formação a todos os níveis.

Uma relação de confiança.



Ao olhar para trás, recordas o difícil que foi aprender a navegar sozinho. Tudo o que tiveste que enfrentar e o esforço que isso representou. Mas agora tens o teu próprio barco e sabes que estás preparado para novos desafios numa Angola moderna e cheia de oportunidades. Para navegares neste mar, vais precisar de alguém que a conheça bem. Alguém que navegue junto a ti, em quem possas confiar e que te ofereça os melhores meios para atingires um porto seguro.



BANCO ESPIRITO SANTO ANGOLA

Um ano dinâmico!

Os bancos angolanos assumem-se, cada vez mais, como parceiros do sector privado nacional. Apesar dos constrangimentos ainda existentes, o acesso das empresas, dos particulares, e até do próprio Estado, ao crédito bancário é cada vez mais uma realidade.

Segundo as instituições bancárias angolanas, este cenário é o reflexo do desenvolvimento macro-económico do país, da confiança no mercado e do fortalecimento do sector financeiro angolano. Por isso, não obstante a quebra acentuada das taxas de juro, para a maioria das bancos que operam em Angola 2006 foi um ano de crescimento do seu volume de negócios, da sua base de clientes e dos seus resultados. 2007 promete ser ainda melhor!

BESA confia no crescimento do mercado

O Banco Espírito Santo Angola (BESA) continua a ser um dos bancos mais rentáveis do país.

Os resultados alcançados no final do ano transacto confirmaram as expectativas do BESA?

Depois da grande quebra das taxas de juro, que surpreendeu todo o mercado financeiro pela sua dimensão, fizemos uma revisão do orçamento inicial. Face à nova envolvente macro-económica, os resultados obtidos no final do ano superaram as expectativas. Um forte crescimento do volume de negócios, dos recursos de clientes e do envolvimento financeiro, compensou a quebra das margens.

Como avalia a evolução do mercado e, em particular, do sistema financeiro angolano ao longo do último ano?

O mercado evoluiu muito positivamente ao nível do investimento público e também do investimento privado. Relativamente ao sector financeiro, a forte descida das taxas de juro e a ainda fraca evolução do nível de bancarização da população angolana, foram alguns dos factores que, na minha perspectiva, provocaram alguma desorientação no sector bancário. A conquista, a qualquer preço, de quota de mercado por parte de alguns bancos, originou alguma irracionalidade nos preços e nas margens. Creio, porém, que a evolução do mercado em 2007 vai ser melhor e com um crescimento mais sustentável e racional do que em 2006.

Tendo em conta essa expectativa, quais são as áreas consideradas estratégicas para a expansão da actividade do BESA?

O melhoria da formação dos nossos recursos humanos, a aposta tecnológica, através da entrada em funcionamento do Novo Sistema de Informação (NSI) e a área de Marketing são aquelas que, actualmente, considero estratégicas para o nosso crescimento.

Cada vez mais é exigido às instituições financeiras que tenham um papel activo no apoio ao sector privado nacional. De que forma é que o BESA cumpre este desígnio?

'Exigido' é uma palavra forte demais. O que o Estado tem estado a fazer é promover o investimento privado. Neste sentido, os bancos são permanentemente sensibilizados a exercerem a sua actividade de intermediação financeira de forma mais agressiva. Penso que este apelo tem tido resposta por parte dos bancos, assumindo estes mais riscos na concessão de crédito, em relação ao que acontecia no passado. Esta acção dos bancos também está relacionada com a maturidade que o mercado vem ganhando e com a maior eficiência que se começa a sentir no sistema judicial angolano.

Que constrangimentos impedem a expansão do acesso ao crédito bancário em Angola?

Os mesmos constrangimentos que existem em qualquer parte do mundo quando as garantias que são prestadas ao banco não são suficientes ou não são fiáveis.

Contudo, os dados estatísticos demonstram que os bancos angolanos são muito dinâmicos na concessão de crédito, tendo em conta factores como o baixo nível de bancarização da população (3 a 5%, contra quase 100% nos países desenvolvidos), a falta de hábitos de poupança, ou a elevada informalização do mercado.



Álvaro Sobrinho
Presidente da Comissão Executiva do BESA

BFA centra atenções no sector privado nacional

Encontrar novas soluções, criar novos serviços e desenvolver novas formas de relacionamento com o cliente, são as prioridades do Banco de Fomento Angola.

Os resultados alcançados no final do ano transacto confirmaram as vossas expectativas?

Os resultados do BFA, quer em termos de crescimento do seu volume de negócios quer em termos dos resultados obtidos, estão em linha com as projecções, apesar de alguns condicionalismos externos, como a quebra acentuada das taxas de juro e de alguma volatilidade na actuação das autoridades no mercado monetário.

Como avalia a evolução do mercado e, em particular, do sistema financeiro angolano ao longo do último ano?

O sistema financeiro registou um forte crescimento no volume de negócios em 2006. Face ao crescimento, e por forma a induzir a inovação e a concorrência no sector, as autoridades têm vindo a favorecer o estabelecimento de novos bancos.

Tudo isto está ainda numa fase muito embrionária, pelo que é prematuro fazer prognósticos sobre a evolução ou sobre a valia da opção. Mas sem um sistema financeiro forte, dinâmico e sustentado não é possível conceber um plano viável de desenvolvimento para o país.

Quais são as áreas consideradas estratégicas para a expansão da actividade do BFA?

Em 2006 definimos como prioridade o alargamento da rede de agências e o aprofundamento da segmentação, reforçando e criando novas formas de relacionamento com os clientes. O número de Centros de Empresa duplicou, de 3 para 6, e foram criados os dois primeiros Centros de Investimento, em Luanda, dirigidos ao segmento alto de particulares. Já em 2007 foi dada continuidade a esta estratégia e

Millennium Angola aposta na área corporate e de PME

Para Fernando Nogueira, presidente da Comissão Executiva do Millennium Angola, “o forte crescimento económico do país incrementará o volume de negócios no sistema financeiro”. Em resposta, o banco irá reforçar a área *corporate* e de PME.

Os resultados alcançados no final do ano transacto confirmaram as expectativas do Millennium Angola?

O Millennium Angola teve em 2006 um exercício atípico, uma vez que o início da sua actividade como banco de direito local teve início em Abril desse ano. Assim sendo, os resultados apresentados expressam a actividade de apenas nove meses. Apesar dessa limitação, apresentámos um resultado líquido nesse período de 3,428 milhões de USD. Para uma *start up* é um bom resultado, tanto mais que, nos primeiros meses de existência, o banco fez consideráveis investimentos na ampliação da rede e no recrutamento e formação de pessoal. Ao longo desses nove meses privilegiámos uma política ambiciosa, mas prudente, na actividade comercial e um rigoroso controlo de custos, pese embora o investimento na expansão da Rede.

Como avalia a evolução do mercado e, em particular, do sistema financeiro angolano ao longo do último ano?

A evolução do mercado angolano foi a esperada, com a estabilização da taxa de câmbio e a contenção da taxa de inflação por parte das estruturas macroeconómicas do país, o que obrigou o sistema bancário a desenvolver outros produtos que permitissem a obtenção de proveitos diferentes dos tradicionais cambiais e das aplicações em títulos.

Essa evolução é favorável à presença, e crescimento, de um número cada vez maior de instituições financeiras a operar localmente?

O aparecimento de novas instituições bancárias é possível e desejável. Estamos numa fase de reforço do sistema financeiro, em que as autoridades angolanas



Emídio Pinheiro
Presidente da Comissão Executiva
do Banco de Fomento Angola

apostámos, também, na introdução de novos produtos e serviços na área do sistema de pagamentos e na criação de condições para o financiamento de investimentos de volume cada vez mais expressivo em sectores onde a banca tem ainda um papel pouco relevante, como por exemplo a construção e o sector agrícola.

É exigido às instituições financeiras um papel activo no apoio ao sector privado nacional. De que forma é que o BFA cumpre este desígnio?

O BFA trabalha essencialmente com empresas e empresários do sector privado nacional. Por isso, essa exigência decorre da nossa própria determinação em acompanhar o crescimento da economia. Multiplicámos as parcerias com bancos e instituições nacionais e estrangeiras, tendo em vista a criação de condições cada vez

mais favoráveis ao financiamento dos investimentos e do comércio.

Que constrangimentos impedem a expansão do acesso ao crédito bancário em Angola?

A falta de registos de propriedades, os elevados custos para a realização de hipotecas, as insuficiências de gestão e de apresentação de contas e de projectos de investimento, sentidas hoje por muitas empresas angolanas, e, finalmente, a ausência de uma central de riscos que permita um maior controlo sobre o endividamento bancário dos agentes económicos. São tudo áreas nas quais se tem vindo a trabalhar, mas enquanto não forem dados passos mais significativos e visíveis o acesso ao crédito continuará a ter fortes limitações.

pretendem dar um estímulo aos valores da concorrência e da competitividade. Tal não significa que, a médio prazo, não ocorra um movimento de aquisições e fusões entre instituições financeiras, dando lugar a bancos de maior dimensão e com maior poder de investimento.

Como perspectiva a evolução do mercado para este ano?

Este ano o mercado irá evoluir no sentido de se aumentar o crédito, quer para a área da indústria quer para o sector da construção, e também ao nível do aumento de recursos e de depósitos no sistema bancário. O forte crescimento económico incrementará, sem dúvida, o volume de negócios no sistema financeiro.

Tendo em conta essa expectativa, quais são as áreas consideradas estratégicas para a expansão da actividade do Millennium Angola?

O nosso banco continuará a apostar na área de *corporate* e de PME, embora tenha criado entretanto produtos muito favoráveis para os particulares. Pretendemos seguir com a nossa actividade de apoio aos projectos de investimento, dando também o suporte para toda a rede de colaboradores das empresas que connosco trabalham.

Que constrangimentos impedem a expansão do acesso ao crédito bancário em Angola?

Os principais constrangimentos decorrem da lentidão no processo de registo de hipotecas e nos reconhecimentos notariais, da falta de moradas facilmente localizáveis no mapeamento das diversas províncias que compõem o país, da escassa informação existente na Central de Riscos do Banco Nacional de Angola, e da incipiente organização contabilística de algumas empresas.



Fernando Nogueira
Presidente da Comissão Executiva
do Millennium Angola

Banco BIC sob o signo do crescimento

O Banco BIC é em 2007 o terceiro banco do mercado em termos de concessão de crédito e está entre os quatro primeiros ao nível dos depósitos.

Os resultados alcançados no final do ano transacto confirmaram as expectativas do Banco BIC?

O ano de 2006, o segundo de actividade do Banco BIC, foi um ano excelente. As expectativas foram em larga medida ultrapassadas, com o resultado líquido a atingir os USD 32,6 milhões, ultrapassando em 533% o resultado de 2005. A forte expansão da actividade permitiu que o impacto da descida das taxas de juro no mercado não se fizesse sentir ao nível da margem financeira do banco, pois o efeito do aumento dos volumes transaccionados, o aumento da estrutura comercial, via abertura de novas agências, e o crescimento da base de clientes constituem os factores críticos que permitiram a performance alcançada em 2006.

Como avalia a evolução do mercado e, em particular, do sistema financeiro angolano ao longo do último ano?

Angola vive hoje um cenário que entusiasma os agentes económicos, com todos os indicadores a apontarem para um quadro de crescimento económico contínuo e para o aumento da produtividade.

Associado a este crescimento, o sector financeiro obteve uma boa performance e os números estão aí para o provar. Verificam-se crescimentos a nível da rentabilidade auferida pelos bancos tornando-se este sector apetecível ao investimento, justificando-se deste modo o surgimento de mais operadores no mercado.

Tendo em conta esse cenário, quais são as áreas consideradas estratégicas para a expansão da actividade do Banco BIC?

O crédito à economia deverá jogar um papel importante, não só na rentabilização das

O BNI vai criar rede específica para PME

Quase no final do primeiro ano de actividade, o Banco conquistou uma quota de 2% do mercado em depósitos e crédito concedido, o que, de acordo com Ricardo Viegas D'Abreu, vice-presidente do Conselho de Administração, é bastante positivo.

O Banco de Negócios Internacional completa um ano em Novembro. Os resultados alcançados durante estes primeiros meses correspondem às metas traçadas?

Estamos a usar este primeiro ano para posicionarmos correctamente o nosso banco, bem como a sua carteira de negócios, demonstrando claramente ao mercado que temos uma abordagem integradora, especializada e de valor acrescentado nas nossas áreas de actuação. Do ponto de vista da performance, estamos dentro dos objectivos traçados ao nível da quota de mercado em depósitos e crédito, bem como de resultados do banco, tendo em conta o compromisso assumido com os accionistas de rentabilização dos seus capitais. Neste primeiro ano conquistámos uma quota de mercado de 2% em depósitos e crédito, o que é bastante positivo, tendo em conta a especialização do banco nas áreas de *investment, corporate e private banking*.

Como avalia a evolução do mercado e, em particular, do sistema financeiro angolano ao longo dos últimos meses?

O sector financeiro tende a ser um dos mais influenciados pela dinâmica de crescimento do país. Basta analisarmos o crescente peso do sector no PIB para compreendermos que se está a transformar efectivamente no maior parceiro económico nacional. Por isso, este crescimento da competitividade do sector, com a entrada de novas instituições, beneficia o mercado e, claramente, o país. Precisamos de não nos esquecer que Angola ainda tem uma taxa de bancarização muito inferior à média da África Sub-Sahariana. Por outro lado, temos de admitir que os investimentos hoje promovidos e dinamizados pelo Governo representam um forte impulso para a economia, mas precisarão de outros complementares e de suporte. As empresas nacionais, públicas e privadas, ainda não atingiram os níveis de pleno



Fernando Mendes Teles
Presidente do Conselho
de Administração do Banco BIC

margens da banca como também no fortalecimento do desenvolvimento económico e social do país. A abertura de agências nas mais remotas regiões do país alargará o acesso ao crédito. Dentro da sua estratégia de expansão, o Banco BIC perspectiva a abertura de 50 novas agências em 2007, por forma a totalizar os 100 balcões no final do ano.

É exigido às instituições financeiras que operam no mercado um papel activo no apoio ao sector privado nacional. De que forma é que o Banco BIC cumpre este desígnio?

O apoio ao sector privado nacional é materializado através do acesso ao crédito. O Banco BIC é hoje o 3º banco do mercado em termos de concessão de crédito. Em 2006, o crédito total atingiu os 639 milhões de USD e em termos orçamentais prevemos, para 2007, atingir 1.000 milhões de USD. Financiamos não apenas os pequenos investimentos mas também o consumo, a habitação, os transportes e a reabilitação de infra-estruturas empresariais. E financiamos igualmente o próprio Estado na materialização dos seus projectos de investimento.

Que constrangimentos impedem a expansão do acesso ao crédito bancário em Angola?

Sem dúvida que a obtenção de garantias reais constitui o maior obstáculo à concessão de crédito pelos bancos. No caso do crédito à agricultura, por exemplo, a terra, os equipamentos e as possíveis instalações existentes não chegam. É pre-ciso apresentar outras garantias.

A questão é mais grave para os pequenos produtores rurais que não têm sequer documentação relativa à propriedade da terra.

emprego de recursos e capacidades nem esgotaram o potencial dos mercados e segmentos em que se encontram inseridas.

Perante o cenário que traçou, quais são as áreas consideradas estratégicas para a expansão da actividade do BNI?

Temos concentrado muito tempo em três variáveis críticas: consolidação da nossa organização interna, adequando-a aos padrões actualmente vigentes de melhores práticas de governação; a clara definição da nossa estratégia de negócios, tendo em vista o nosso mercado; e, por último, a valorização dos recursos humanos da nossa instituição. Do ponto de vista do mercado, pensamos que temos de estar posicionados no capítulo dos investimentos, públicos e privados, que irão permitir alterações estruturais da economia nacional, por via do valor acrescentado que irão introduzir.

É exigido às instituições financeiras que operam no mercado que tenham um papel activo no apoio ao sector privado nacional. De que forma é que o BNI cumpre este desígnio?

Estamos a preparar a constituição de uma rede específica para o segmento das PME, das pessoas em nome individual, jovens, trabalhadores por conta de outrem, pensionistas, etc.. Pensamos que o posicionamento junto das PME nacionais é muito relevante, tendo em conta o crescente peso destas estruturas empresariais no suporte à economia real. Quer por via directa quer por via de acordos com instituições financeiras nacionais e internacionais, iremos introduzir linhas de crédito específicas para as PME, pois elas serão uma importante fonte de criação de riqueza e de emprego. Esse conjunto de soluções será anunciado em Novembro e ficará disponível para os vários intervenientes do mercado nessa altura.



Ricardo Viegas D'Abreu
Vice-presidente do Conselho de Administração
do Banco de Negócios Internacional

Banco KEVE privilegia a rentabilidade

O alargamento da oferta de produtos e serviços e o aumento do crédito contrariaram a quebra das taxas de juro.

Os resultados alcançados pelo Banco Keve no final do ano transacto confirmaram as expectativas traçadas inicialmente?

Embora os resultados líquidos do exercício tenham crescido, os indicadores de rentabilidade registaram pequenas oscilações negativas, em virtude da queda das taxas de juro e da apreciação do Kwanza, que não foram maiores porque introduzimos ajustamentos no orçamento. Dessa forma, ficámos menos dependentes de alguns produtos (títulos do Estado) e aumentámos a dependência de outros, como seja o crédito, apesar dos riscos envolvidos.

Como avalia a evolução do mercado e, em particular, do sistema financeiro angolano ao longo do último ano?

Em 2006 verificou-se um aumento da disponibilidade e da utilização dos serviços bancários (associada à expansão da rede de balcões e Rede MULTICAIXA, entre outros), o que é essencial para o fortalecimento do sistema financeiro no seu todo.

Tendo em conta essa expectativa, quais são as áreas consideradas estratégicas para a expansão da actividade do Banco Keve?

A nossa estratégia privilegia a rentabilidade dos negócios em detrimento da quota de mercado. Face à evolução do mercado, alargámos a oferta de produtos. Reajustámos o nosso estatuto orgânico e adequámos o capital

social, medidas essenciais ao objectivo de crescimento. Procurámos também minorar os constrangimentos provocados pela flutuação de quadros, que em fases de crescimento rápido provocam instabilidade. O arranque do mercado de capitais levou o Banco Keve a criar uma secção de banca de investimentos, que gerará, em momento adequado, mais-valias indispensáveis à sua expansão.

Que constrangimentos impedem a expansão do acesso ao crédito bancário em Angola?

Para falarmos das limitações, temos que olhar não só para a estrutura do activo de um banco mas também para a estrutura do seu passivo, isto é, do financiamento. O que acontece no Banco Keve, e de uma maneira geral noutras instituições, é que o peso dos depósitos a prazo é baixo, face ao total dos depósitos, e o seu nível de maturidade é, na maior parte das vezes, inferior a um ano. Outros condicionalismos estão ligados, por exemplo, aos critérios de acesso aos recursos. No caso dos segmentos de empresas, é exigido que o cliente co-participe com capitais próprios no investimento para o qual nos pede o crédito. Tal pressupõe que as empresas estejam adequadamente capitalizadas, o que frequentemente não acontece.



Amílcar Santos Azevedo da Silva
Presidente do Conselho de Administração
do Banco Keve

BPA cresce acima das expectativas

O modelo de negócio e de serviço do BPA assenta nos mais recentes e modernos processos de fazer banca.

O Banco Privado Atlântico completa um ano em Novembro. Os resultados alcançados durante estes primeiros meses vão ao encontro das expectativas traçadas inicialmente?

Vamos terminar 2007 com os principais indicadores de negócio acima do que tínhamos definido como metas para o primeiro ano de actividade. Nos primeiros três meses de operação do Banco Privado Atlântico estivemos fundamentalmente centrados em assegurar uma operação rigorosa, eficiente e inovadora, focada na prestação de um serviço com soluções para os diferentes desafios dos nossos clientes.

Como avalia a evolução do mercado e, em particular, do sistema financeiro angolano ao longo dos últimos meses? Como perspectiva que venha a ser a evolução do mercado no futuro próximo?

Angola é, actualmente, um país com uma performance macro-económica muito positiva e com tendência para melhorar. No entanto, as economias não se fazem de valores 'macro', fazem-se das decisões diárias e individuais de cada agente económico, e este é o desafio principal do sistema financeiro angolano: criar as soluções para que os agentes económicos disponham de ferramentas concretas e atractivas para que o financiamento não seja um dos entraves possíveis à materialização dos seus projectos; antes pelo contrário, que seja o impulsionador e o dinamizador dos mesmos.

Os próximos anos continuarão a ser muito desafiantes. As exigências de qualidade vão continuar a crescer, a escala vai ser cada vez mais um factor de

vantagem competitiva, mas acredito que a especialização do sector vai também ser um vector de sucesso. Por fim, estou seguro de que as instituições financeiras de capital maioritariamente angolano irão continuar a reforçar as suas competências e capacidades, pois esses são os factores-chave para que possam concorrer com as instituições que possuem um elevado suporte das suas estruturas centrais, localizadas noutros países. Só assim podemos contribuir para a diversificação da estrutura do PIB gerando valor.

Tendo em conta essa expectativa, quais são as áreas consideradas estratégicas para a expansão da actividade do BPA?

O nosso compromisso é servirmos os clientes com uma tipologia mista de soluções e serviços de Banca Relacional e de Banca de Investimento. O modelo de negócio e de serviço do BPA assenta nos novos e modernos processos de fazer banca. Esta nova

Novo Banco dá prioridade à formação

O Novo Banco vai criar um Centro de Formação para dar resposta à falta de quadros qualificados no mercado.

Os resultados alcançados no final do ano transacto confirmaram as expectativas do Novo Banco?

Os resultados alcançados foram ao encontro das nossas expectativas. O pequeno lucro financeiro registado no final de 2006 foi uma surpresa, tendo em conta os investimentos realizados, e podem ser atribuídos à melhoria nos procedimentos internos, ao desempenho de uma equipa melhor preparada e à subida das taxas de juros que operámos nos nossos produtos. Contrariando o mercado, aumentámos as taxas de juro, por forma a gerar proveitos suficientes.

Como avalia a evolução do mercado e, em particular, do sistema financeiro angolano ao longo do último ano?

A evolução do mercado foi boa e continua a ser favorável ao crescimento do sector. A oferta de serviços bancários e o número de agências está a crescer em quantidade e qualidade, reflexo do investimento na formação de quadros. Note-se que o Banco Central também fez grandes esforços para sustentar este crescimento. Con-

tudo, ao nível da formação bancária, apesar da evolução registada, o mercado carece ainda de centros de formação com qualidade e em número suficiente para as necessidades do sector. Os bancos deveriam reunir-se e discutir esta questão.

Quais são as áreas consideradas estratégicas para a expansão da actividade do Novo Banco?

A estratégia do Novo Banco contempla a abertura de mais agências e a ampliação do nosso portefólio de produtos, designadamente ao nível do crédito habitacional, crédito rural e cartões de débito. Vamos ainda intensificar a formação do *middle-management* e criar um Centro de Formação.

Cada vez mais é exigido às instituições financeiras que tenham um papel activo no apoio ao sector privado nacional. De que forma é que o Novo Banco cumpre este designio?

Ao nível da concessão de crédito centramos as nossas atenções no sector privado nacional.

Em sua opinião, que constrangimentos impedem a expansão do acesso ao crédito bancário em Angola?

A in experiência profissional e a falta de avalistas

e de garantias. A mentalidade bastante tímida e a falta de apetência para o risco do empresário constitui também um aspecto a considerar. Além disso, há ainda diversos procedimentos burocráticos que condicionam em muito o acesso ao crédito bancário.



Stefan Wolff
Director Geral do Novo Banco



Carlos Silva
Presidente do Conselho de Administração do Banco Privado Atlântico

cepção é a que tecnicamente melhor responde aos desafios das economias emergentes, em que, mais do que financiar a economia, é preciso assegurar que os projectos estruturantes se materializam, atempadamente e com rigor, ao mesmo tempo que estamos ao lado dos clientes, individualmente, a apoiá-los na gestão das suas finanças pessoais, com vista a cumprirmos o valor inerente à assinatura da nossa marca: 'Diferentes, pelas Pessoas'.

Continuaremos a fazer a diferença, por exemplo, através das nossas propostas de poupança, cuja rentabilidade está associada a produtos tão sofisticados como a evolução dos Índices do Petróleo e do Ouro, ou indexados à evolução dos Índices Bolsistas da Europa, EUA, China ou Brasil. Esta é a nossa perspectiva de banco atento ao mundo, que está permanentemente a procurar as melhores soluções para os seus clientes, independentemente da origem geográfica das soluções propostas.

Cada vez mais é exigido às instituições financeiras que operam no mercado angolano que tenham um papel activo no apoio ao sector privado nacional. De que forma é que o BPA cumpre este designio?

O BPA existe com o compromisso de estar ao lado de todos os agentes económicos na materialização dos seus projectos. Continuaremos a investir no mercado através das nossas soluções de Banca de Investimento. A nossa missão é actuar como parceiros dos agentes económicos, públicos ou privados, ao longo de todo o ciclo de vida dos seus projectos, focados em assegurar a materialização dos mesmos, no prazo e orçamento definidos. Somos um banco especializado em prestar serviços de elevado rigor técnico aos agentes económicos que pretendam investir, por exemplo, nos sectores da energia.

Que constrangimentos impedem a expansão do acesso ao crédito bancário em Angola?

Não creio que exista uma limitação concreta de expansão do acesso ao crédito bancário. Todos os anos assistimos a um forte crescimento dos activos sob gestão no sector financeiro, o que indicia um progressivo e inquestionável reforço da confiança dos agentes económicos no sistema bancário, diminuindo a informalidade da economia. O crédito concedido tem crescido na mesma medida. A existir constrangimento, ele está do lado da procura, do lado de quem pretende investir.



O BDA ESTÁ DE PORTAS ABERTAS PARA SI

O BDA está a implementar operações-piloto orientadas para o financiamento das cadeias produtivas do milho e feijão, do algodão e da indústria de materiais de construção, nas províncias do Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Huambo, Huíla, Kwanza Sul, Luanda e Malange.

Produtores angolanos ou empresas nacionais detidas maioritariamente por angolanos podem candidatar-se à obtenção de empréstimos do BDA, em kwanzas, a uma taxa de juro de 8 % ao ano. Os períodos de carência e os prazos de reembolso dos empréstimos são suficientemente amplos e podem atingir, conjuntamente, até 96 meses.

O BDA também concede bonificação de taxas de juro para financiamentos inseridos dentro das cadeias produtivas priorizadas pelo Governo.

O BDA está igualmente a implementar programas de formação e capacitação de empresários com vista a habilitá-los à obtenção do crédito e a melhorar o desempenho das suas empresas. Outros programas do BDA visam criar instrumentos de protecção ao crédito e aos produtores.

PROGRAMAS DO BDA

- Acção 1 instantânea Imediata
- Acções Organizativas de Preparação para o Crédito
- Acções de Protecção ao Crédito e ao Produtor



BDA

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Uma visão de futuro.

Caixa central: Av. 4 de Fevereiro, nº 113 e w Rua Robert Shikoko, nº 3
Luanda - Angola, telefones: 222 730 492 ou 222 390 701 ou 222 790 901
Informa: HYPERLINK "http://www.bda.ao" www.bda.ao

Estudo



Bancos Participantes

Banco Africano de Investimentos S.A.
Banco Comercial Angolano S.A.R.L.
Banco de Comércio e Indústria S.A.R.L.
Millennium Angola (Ex-Sucursal Banco Comercial Português S.A.)
Banco Espírito Santo de Angola S.A.R.L.
Banco de Fomento Angola S.A.R.L.
Banco BIC S.A.
Banco de Poupança e Crédito S.A.R.L.
Banco Totta de Angola S.A.
Banco Regional do Keve S.A.R.L.
Novo Banco S.A.R.L.
Banco Sol S.A.R.L.
Banco Privado Atlântico S.A.
Banco de Negócios Internacional S.A.
Banco de Desenvolvimento de Angola E.P.

Direcção do projecto

Roberto Fernandes - Secretário Geral ABANC
Pedro Barreto - Managing Partner Deloitte Angola

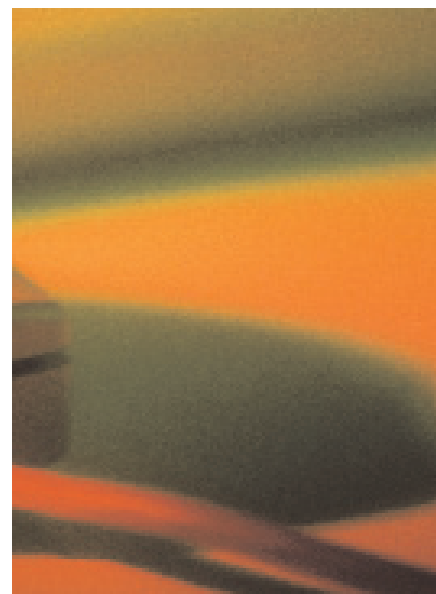
Equipa do projecto

Luis Alves - Gerente Deloitte Angola
Paulo Pontes - Gerente Deloitte Angola
Nelson de Sousa - Consultor fiscal Deloitte Angola
Gilberto Diogo - Consultor Deloitte Angola
Ruth de Pina - Assistente de Marketing Deloitte Angola

Índice

Preâmbulo e bases de preparação	37
Análise macroeconómica e monetária	39
Sistema financeiro	43
Conclusões e perspectivas	52
Informações financeiras dos bancos	55

Preâmbulo e bases de preparação



Esta é a segunda edição do estudo Banca em Análise e a primeira bilingue.

Como no ano anterior, este estudo resulta da compilação, consolidação e análise de uma enorme variedade de dados de vários países e diversas fontes, sempre que possível trabalhados de forma gráfica para facilitar a interpretação por parte do leitor e permitir a comparação com sistemas de referência ("benchmarking").

Os agregados macroeconómicos e os dados dos bancos foram comparados com outros países da região Subsariana ou com economias mais desenvolvidas, dependendo do objectivo de cada análise, e foram obtidos da partir de várias fontes, incluindo as bases de dados do FMI, o site do BNA e diversos relatórios económicos especializados.

Para comparações com sistemas bancários de outras economias utilizámos diversas fontes, que apresentamos na tabela abaixo:

Tabela 1

BANCOS CONSOLIDADOS NO ESTUDO			
PAÍS	QUANTIDADE	ANO	FONTES
Angola	14	2006, 2005	Demonstrações financeiras, questionários, BNA
Brasil	171	2005	Bankscope database
Portugal	60	2004	Bankscope database
EUA	763	2004	FDIC Database
África do Sul	6	2003	Demonstrações financeiras
Total	1014		

Este estudo resulta da compilação, consolidação e análise de uma enorme variedade de dados

Foram obtidos questionários dos bancos com os indicadores incluídos neste relatório, mas estes dados foram recalculados com base nas demonstrações financeiras publicadas e as informações divulgadas pelo BNA e comparados para garantir a uniformidade entre os bancos.

Para a análise consolidada do sistema, procedemos à adição das demonstrações financeiras dos bancos, não tendo havido eliminações de transacções interbancárias. Consideramos não serem relevantes para análise as eventuais distorções daí resultantes.
Os bancos em actividade em 31 de Dezembro de 2006 eram como segue:

Tabela 2

BANCOS EM ANGOLA - DEZEMBRO DE 2006			
SIGLA	NOME	CAPITAL	INÍCIO
BAI	Banco Africano de Investimentos S.A.	Angola	1997
BCA	Banco Comercial Angolano S.A.R.L.	Misto	1999
BCI	Banco de Comércio e Indústria S.A.R.L.	Angola	1991
BCP	Banco Millennium Angola	Portugal	1993
BESA	Banco Espírito Santo Angola S.A.R.L.	Portugal	2002
BFA	Banco de Fomento Angola S.A.R.L.	Portugal	1993
BIC	Banco BIC S.A.	Misto	2005
BPC	Banco de Poupança e Crédito S.A.R.L.	Angola	1976
BTB	Banco Totta de Angola S.A.R.L.	Portugal	1993
Keve	Banco Regional do Keve S.A.R.L.	Angola	2003
Novo Banco	Novo Banco S.A.R.L.	Vários Internacionais	2004
Sol	Banco Sol S.A.R.L.	Angola	2001
BPA	Banco Privado Atlântico S.A.	Angola	2006
BNI	Banco de Negócios Internacional S.A.	Angola	2006
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola E.P.	Angola	2006

Fontes: Demonstrações financeiras dos bancos e questionários

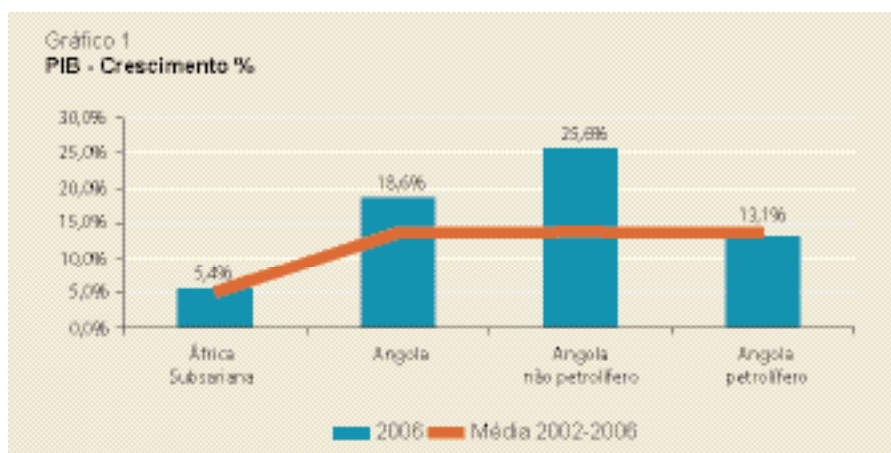
O BDA abriu durante o mês de Dezembro de 2006 e não tem demonstrações financeiras disponíveis para esse ano.



Análise macroeconómica e monetária

Economia diversifica-se

Em 2006, a economia Angolana manteve, pelo terceiro ano consecutivo, um crescimento económico de dois dígitos (o maior da África Subsariana) com destaque para o segmento não petrolífero, cujo PIB, a preços constantes, evoluiu 25,6%, a melhor performance de sempre deste indicador.



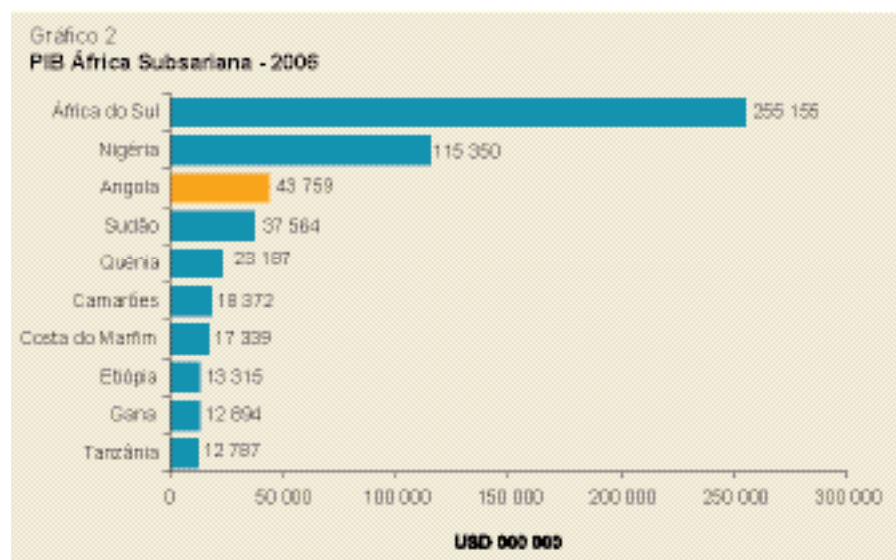
A melhor performance de sempre do segmento não petrolífero

Os sectores que mais contribuíram para a boa performance do segmento não petrolífero foram, por ordem de importância, “comércio, bancos, seguros e telecomunicações”, com 38,1%, “indústria transformadora” com 44,7% e “construção” com 30%. Dado o reduzido peso da economia não petrolífera na economia Angolana (cerca de 40%) e a elevada dependência de alguns destes sectores relativamente ao sector petrolífero, estas estatísticas devem ser interpretadas com cautela: o modelo de crescimento é claramente óleo - dependente e o que se verifica é um aumento da participação deste sector na economia (57,1% contra 56,3% em 2006 e 52,3% em 2002).

A produção petrolífera cresceu para 1.410 mil barris/dia, de 1.250 mil barris/dia no ano anterior, o que, em combinação com a variação nos preços médios de venda do barril de USD 50,6 para USD 61,4, representou um crescimento de 13,1% neste sector (a preços constantes), inferior ao ano anterior (26,1%) mas, ainda assim, bastante relevante.

Tendo atingido um PIB anual de USD 43.750 mil milhões a preços correntes, Angola manteve a posição, alcançada no ano anterior, de terceira maior economia Subsariana. O Gráfico 2 abaixo apresenta o PIB, a preços correntes, das 10 maiores economias Subsarianas.

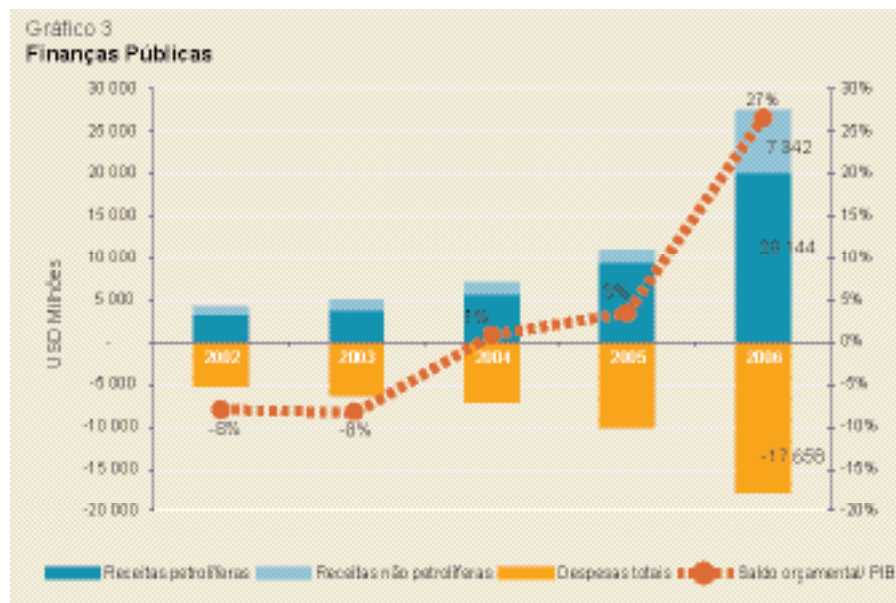
A terceira maior economia Subsariana



Petróleo financia reconstrução do país

Com base em estatísticas preliminares da Direcção Nacional de Impostos, em 2006 as receitas fiscais petrolíferas cresceram 267%, para 1.615.568 milhões de Kwanzas (cerca de USD 20.100 milhões), representando 73% do total da arrecadação fiscal, contra 67% no ano anterior.

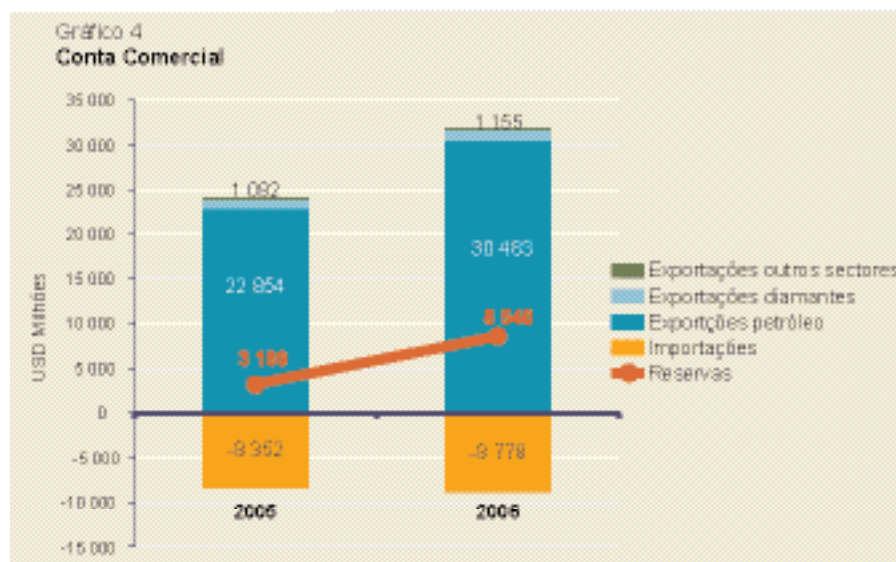
Investimento público
cresceu 400%

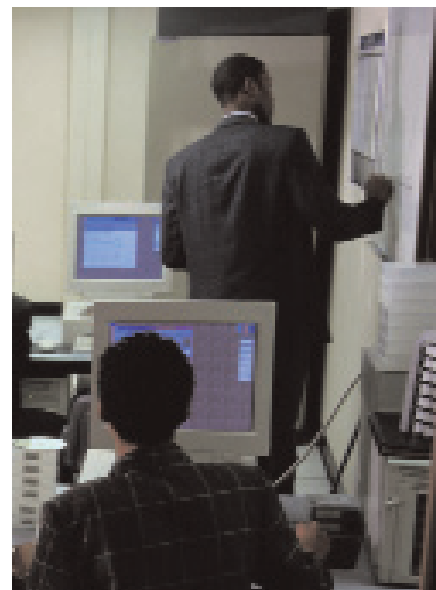


O esforço de reconstrução nacional reflectiu-se no crescimento de 400% no investimento público para 322.891 milhões de Kwanzas (cerca de USD 4,5 biliões). Ainda assim, a realização da rubrica de investimentos foi 55% inferior ao estimado, o que resultou num saldo orçamental credor inédito de 27% do PIB (3,3% no ano anterior). A execução deste orçamento enfrenta diversos constrangimentos, incluindo as deficiências na malha viária, congestionamento na infra-estrutura portuária, ineficiências de ordem burocrática e escassez de recursos humanos qualificados.

Reservas internacionais
atingem 12 meses
de importações

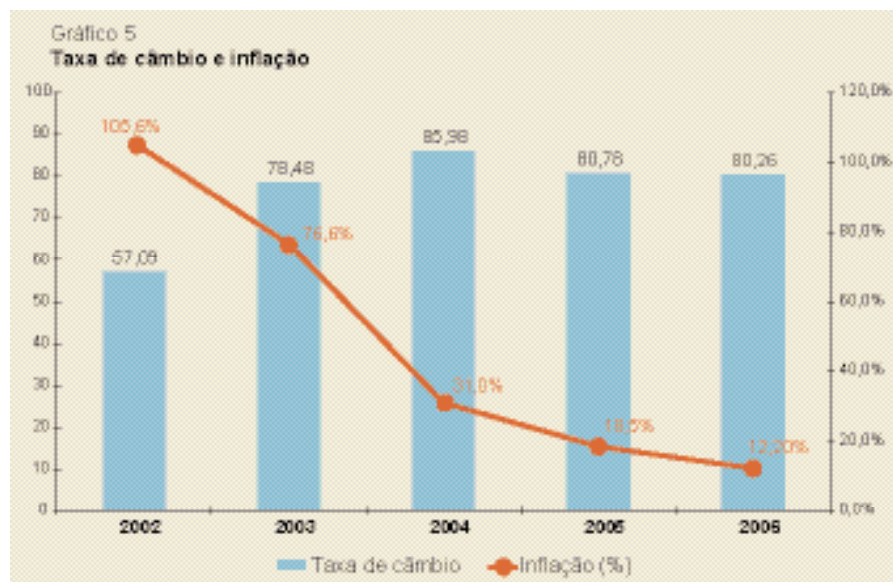
O valor das exportações petrolíferas cresceu 37,3% a preços correntes em 2006, representando 96% da pauta total de exportação e 73% do PIB. Como resultado, as reservas internacionais atingiram o confortável nível de USD 8.778 milhões (equivalente a cerca 12 meses de importações) contra USD 3.189 milhões no ano anterior e o "stock" de dívida externa reduziu-se em USD 2.624 milhões, para USD 7.596 milhões, representando 17,3% do PIB, contra 36% no ano anterior. A média deste rácio na África Subsariana é de 26%.





Kwanza continua forte

O crescimento das reservas internacionais suportou o mecanismo, utilizado pelo BNA, para esterilizar os fluxos cambiais resultantes das receitas fiscais petrolíferas utilizadas na cobertura de despesas do Tesouro Nacional. Como efeito colateral, a cotação do Kwanza manteve-se nominalmente estável pelo quarto ano consecutivo, representando, no ano, uma valorização real de cerca de 16%.



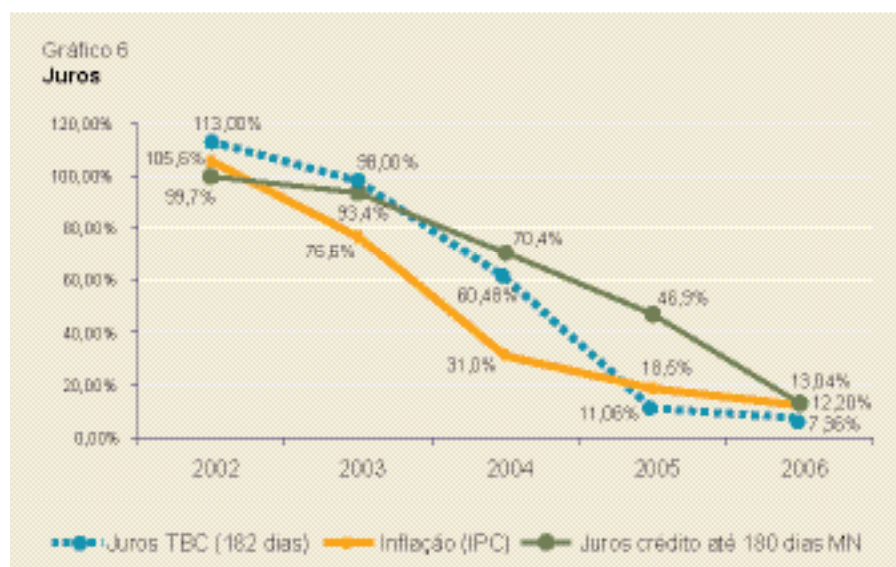
O BNA vendeu USD 5.532,51 milhões ao mercado ao longo do ano e acelerou o ritmo de emissão dos Títulos do Banco Central (TBCs) para compensar o cancelamento das emissões de BTs e a redução substancial nas emissões de OTs. Como resultado, apesar do aumento no stock de TBCs, que passou de 28.768 milhões de Kwanzas a 115.075 milhões de Kwanzas em fins de 2006, a dívida normal interna titulada cresceu apenas 20%, para 211.838 milhões de Kwanzas, insuficiente para absorver o aumento da massa monetária.

**Dívida interna titulada
cresce apenas 20%**

Exerceu-se um forte controlo sobre a base monetária, que permaneceu praticamente inalterada comparativamente ao ano anterior, o que não impediu que o stock de moeda em circulação, medido pelo conceito M2, tivesse crescido 56%, fundamentalmente motivado pela evolução dos saldos em moeda estrangeira, que passaram a representar 65% deste agregado (contra 56% no ano anterior).

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor da cidade de Luanda ficou em 12,2%, ligeiramente superior à meta de 10% mas ainda assim inferior ao ano anterior.

A grande procura por títulos públicos, num cenário de forte liquidez e de desaceleração do ritmo de emissões, reflectiu-se numa redução nas taxas de juros de títulos. Os TBC's de 182 dias passaram de 11,06% em fins de 2005 para 7,36% em Dezembro de 2006.



Juros de crédito negativos em termos reais

Apesar de se verificarem algumas distorções estatísticas no cálculo do BNA relativamente aos juros médios do crédito, ficou patente a continuidade na tendência de redução neste indicador, que atingiu níveis negativos em termos reais. A redução dos juros de títulos, a liquidez do sistema e a escassez de alternativas de rentabilização dos activos em Kwanzas justificam esta tendência.

Sector Financeiro

Uma aposta na expansão

O sector financeiro continuou a dar mostras de forte dinamismo, impulsionado pelos fluxos externos, pela maior agressividade concorrencial entre os bancos existentes e pela abertura de três novos bancos, todos eles de capitais Angolanos:

- **BDA - Banco de Desenvolvimento de Angola:** aberto durante o mês de Dezembro, com capitais públicos Angolanos de USD 50 milhões. Receberá, anualmente, recursos provenientes dos sectores petrolífero e diamantífero, através do Fundo de Desenvolvimento Nacional, e tem como objectivo financiar o desenvolvimento de Angola à luz do Plano Nacional de Desenvolvimento e da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo;
- **BPA - Banco Privado Atlântico:** com capital inicial de USD 10 milhões, tem como accionistas a AAA-Seguros, a AAA-Pensões, Sociedade de Gestão de Activos GlobalPactum e altos quadros oriundos do sector financeiro Angolano. Irá apostar numa tipologia de banca relacional e de investimentos;
- **BNI - Banco de Negócios Internacional:** com capital inicial de USD 20 milhões pertencentes a diversos accionistas individuais, principalmente altos quadros oriundos do sector financeiro Angolano, terá como foco os segmentos corporativo, privado e de investimentos.

O rácio M2/ PIB, indicador indirecto do nível de bancarização da economia, subiu ligeiramente de 15,5% para 16,1% (contra 45,2% da África Subsariana consolidada e cerca de 80% de economias desenvolvidas). Estima-se que somente cerca de 6% da população do país tenha acesso a serviços bancários, denunciando um enorme potencial de crescimento.

**Estima-se que somente
6% da população tenha
acesso a serviços bancários**

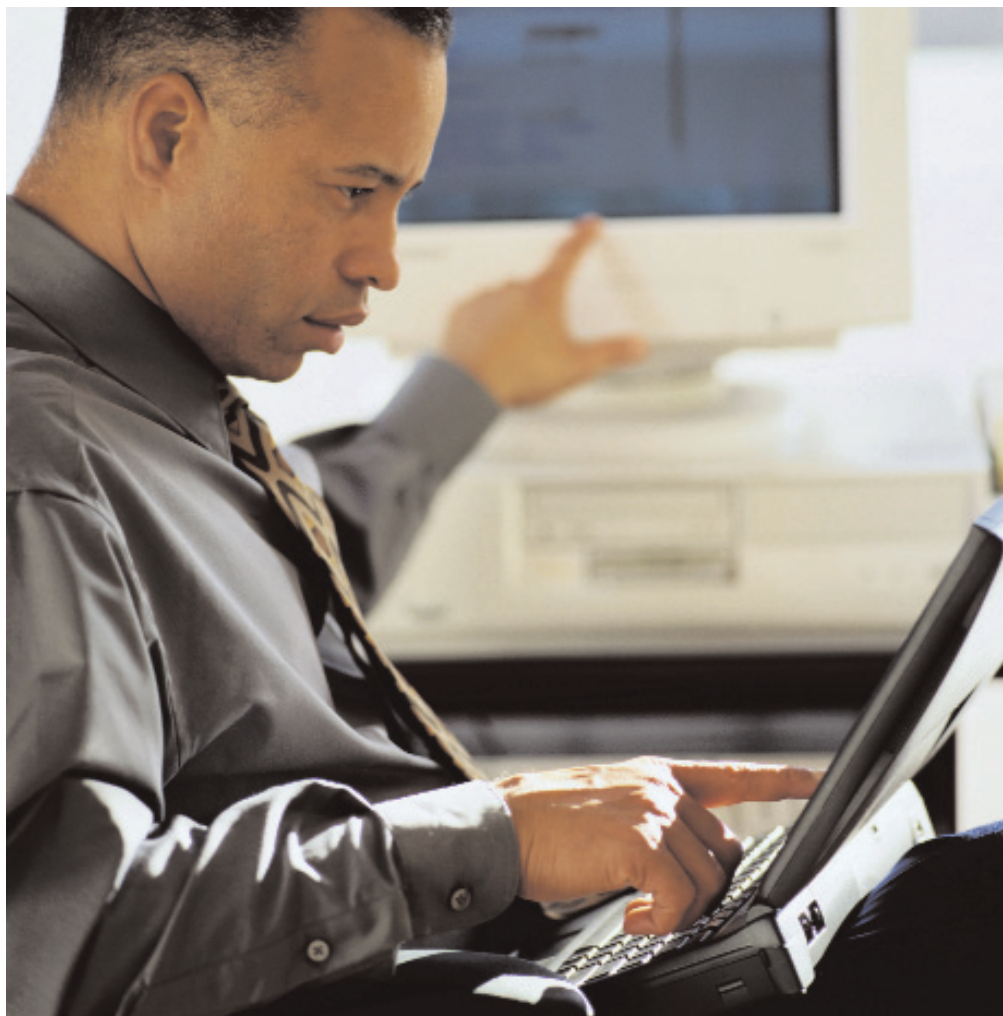
Os grandes bancos de retalho deram continuidade ao processo agressivo de expansão física verificado no ano anterior, tendo sido abertos 60 balcões e contratados cerca de 1000 funcionários. Nos últimos dois anos estas variáveis cresceram cerca de 30% ao ano, o que, apesar de contribuir para estender o acesso da população aos serviços bancários, tem implicações negativas a nível da qualidade dos serviços.

Cabe referir, no entanto, que a maior agressividade competitiva tem despertado, no mercado, uma maior preocupação com este problema, tendo levado diversos operadores a investir fortemente nos processos internos para aumentar a eficiência dos serviços, como por exemplo, através da implementação de sistemas de gestão de filas no segmento de retalho ou da adequação da oferta de serviços às necessidades específicas dos clientes no segmento "corporate".

Verificou-se também uma maior ênfase no crédito pessoal com o início do processo de massificação de produtos de crédito ao consumo e de crédito à habitação.

**Maior ênfase
no crédito pessoal**

Em fins de 2006 já havia 4 bancos afiliados junto à Visa Internacional comparativamente a 1 (um) banco no ano anterior que era membro associado da rede internacional. A Certificação Internacional da Rede MULTICAIXA só foi concluída, tanto para ATMs como para TPA, durante o mês de Abril de 2007, quando ficou disponível o serviço de aceitação de pagamentos de compras com cartões VISA.



Actividade de regulamentação mantém-se activa

Nelson de Sousa - Consultor Fiscal Deloitte Angola

Aviso nº03/06 regulamenta sujeição à auditoria externa

No que respeita às principais alterações ao ambiente regulador da actividade financeira, ocorridas ao longo do ano de 2006, devemos referir as modificações introduzidas nas operações de invisíveis correntes, tendo sido elevado o valor que dispensa a aprovação do Banco Nacional de Angola ("BNA") para USD 500.000, através do Instrutivo n.º 01/06, de 20 de Janeiro. A medida referida teve certamente um impacto positivo na dinâmica das operações que se enquadram nesta categoria.

Na área de controle, devemos destacar o Aviso n.º 02/2006, de 20 de Março, que veio exigir que as instituições financeiras autorizadas pelo BNA implementem um sistema de controlo interno das suas actividades e informações contabilísticas, financeiras, operacionais e de gestão.

Neste âmbito, salientamos o facto de a actividade de auditoria interna dever estar integrada no sistema de controlo interno, devendo ser exercida de forma independente, e, caso seja desenvolvida por uma unidade própria da instituição, deverá reportar direc-

tamente ao órgão de administração.

Nesta senda, veio o Aviso n.º 03/2006, de 20 de Março, regulamentar a sujeição das instituições financeiras a auditoria externa, anual, por pessoa colectiva de reconhecida idoneidade e estabelecida em Angola, devendo quer a contratação quer a alteração de auditor ser comunicada no prazo de cinco dias contados desses factos.

No que se refere ao controlo do risco de liquidez, veio o Aviso n.º 04/2006 determinar a obrigatoriedade das instituições manterem um sistema de controlo de risco de liquidez adequado ao seu perfil operacional.

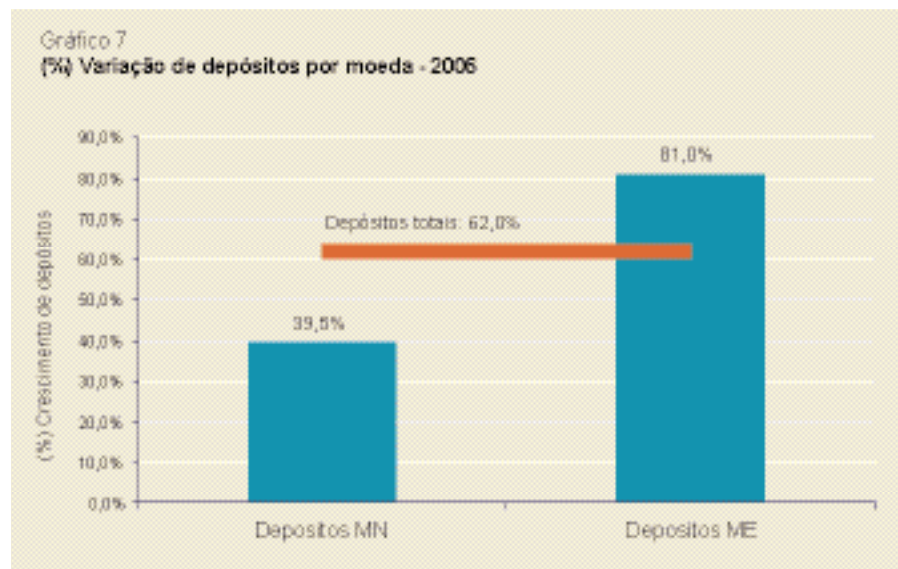
O Plano de Contas das Instituições Financeiras foi também alvo de alterações, as quais visaram a sua adequação ao registo contabilístico das operações relacionadas com as obrigações do tesouro, nos termos do Instrutivo n.º 02/2006.

Por último, destacamos o desenvolvimento das regras respeitantes ao SIOBE (Sistema de Informação de Operações Bancárias com o Exterior), operado pelo Instrutivo n.º 03/2006.

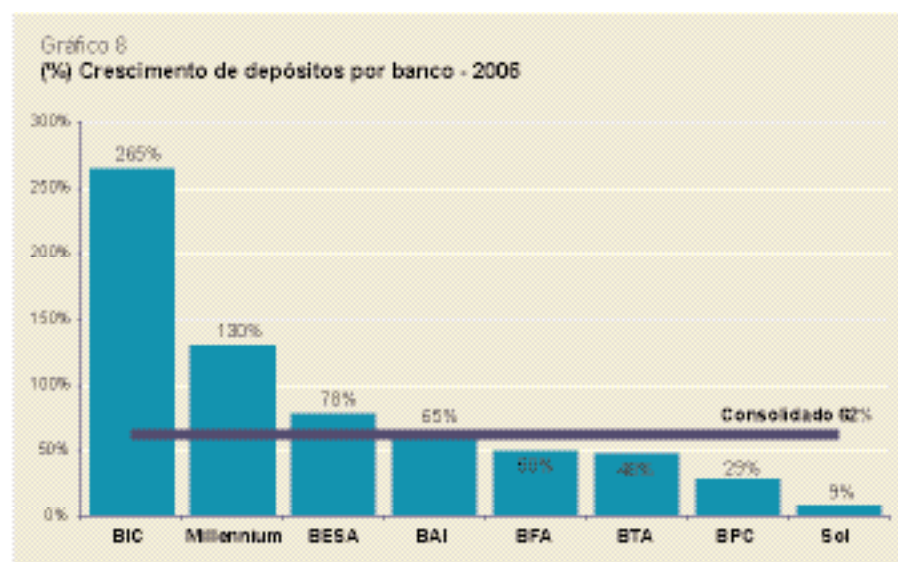
Depósitos continuam em expansão

A base de depósitos cresceu 62%, para USD 7,3 bilhões de dólares, repetindo a performance do ano anterior. O afluxo de liquidez ao sistema, derivado, fundamentalmente, das receitas petrolíferas, é denominado, principalmente, em moeda estrangeira como resultado das acções de enxugamento de liquidez perpetradas pelo Banco Central via venda de divisas ao sistema.

**Depósitos crescem 62%,
repetindo a performance
do ano anterior**



Como resultado, a composição dos depósitos do sistema por moeda alterou-se substancialmente, passando os depósitos em moeda estrangeira a representar 65% do total de depósitos, contra 59% no ano anterior.



O aguçamento da dinâmica competitiva é patente no gráfico acima, que reflecte diferenças de crescimento significativas entre as bases de depósitos dos principais operadores do sistema, com destaque para o BIC, que passou à quarta posição no ranking de depósitos.

As operações continuam fortemente concentradas em três bancos (BFA, BPC e BAI), com 65% da base de depósitos. Contudo, a maior competitividade do sector tem vindo a contribuir para a diluição desta concentração, que se encontrava em 71% no ano anterior.

**Três maiores bancos
concentram 65%
da base de depósitos**

As baixas taxas de poupança e a preferência dos agentes económicos pela liquidez continuam a influir na composição dos depósitos por maturidade, sendo 73% da base consolidada representada por depósitos à ordem, um pequeno aumento comparativamente ao ano anterior, pouco representativo dado que, provavelmente, é resultado da menor disponibilidade de títulos públicos para suportar operações de venda com acordo de recompra.

O predomínio dos depósitos à ordem na estrutura de “funding” do sistema compromete o processo de gestão de liquidez dos bancos e afecta negativamente o desenvolvimento da actividade creditícia de médio e longo prazo.

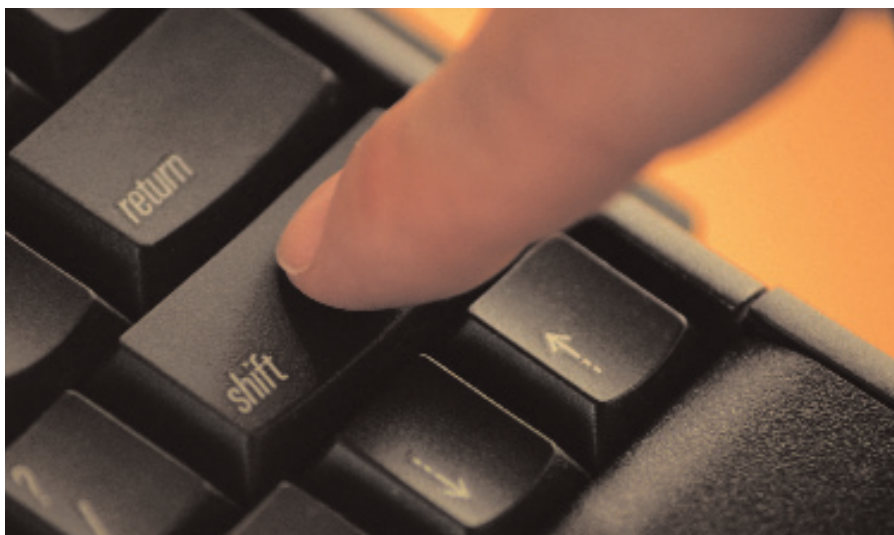
O ranking de depósitos clientes é como se segue:

Tabela 3

RANKING DE DEPÓSITOS					
2006			2005		
RANKING	BANCO	QUOTA	RANKING	BANCO	QUOTA
1	BFA	23,40%	1	BPC	25,20%
2	BAI	21,47%	2	BFA	25,00%
3	BPC	20,16%	3	BAI	20,90%
4	BIC	10,94%	4	BESA	7,70%
5	BESA	8,54%	5	BCI	5,70%
6	BCI	4,81%	6	BIC	4,80%
7	BTA	3,24%	7	BTA	3,50%
8	Sol	2,16%	8	Sol	3,20%
9	BCA	1,69%	9	BCA	1,60%
10	Millennium	1,53%	10	Keve	1,10%
11	Keve	1,23%	11	BCP	1,10%
12	BNI	0,50%	12	Novo Banco	0,10%
13	BPA	0,21%			
14	Novo Banco	0,10%			

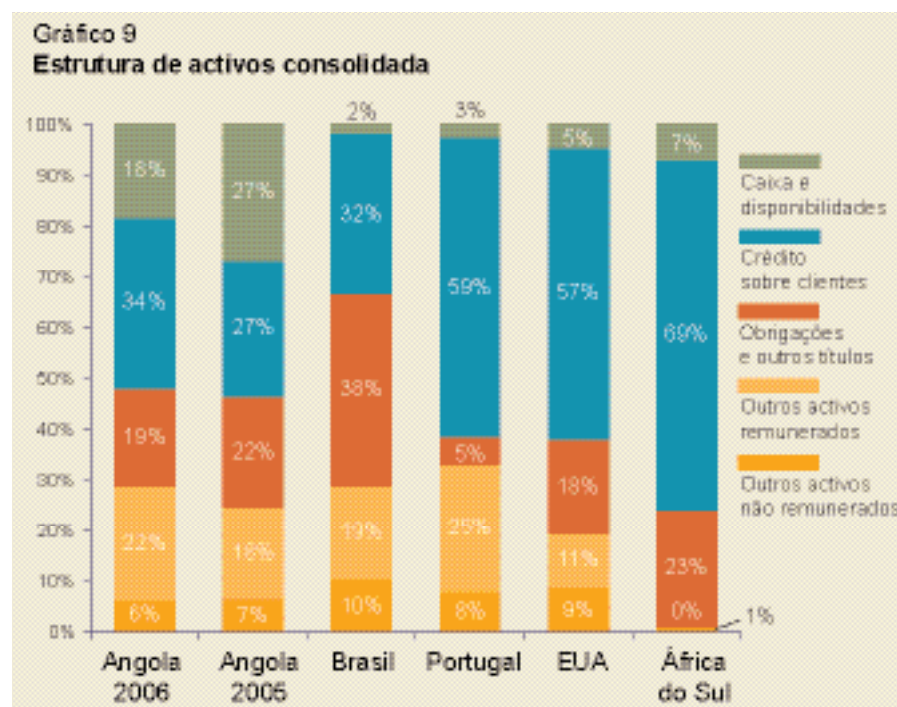
Fonte: Demonstrações financeiras e BNA

O BPC, com um crescimento inferior à média de mercado, passou à terceira posição, tendo sido ultrapassado pelo BFA, que assumiu a liderança, apesar de uma ligeira perda de quota, e pelo BAI, que passou à segunda posição.



Intermediação financeira em relevo

O peso dos activos não remunerados na estrutura de activos caiu para 24%, contra 34% no ano anterior.



Esta estrutura é ainda bastante diferente de outros países mais desenvolvidos, onde os activos não remunerados representam de 7% a 14% dos activos totais, mas revela mudanças importantes no modelo de negócios dos bancos e na estrutura do sector financeiro Angolano.

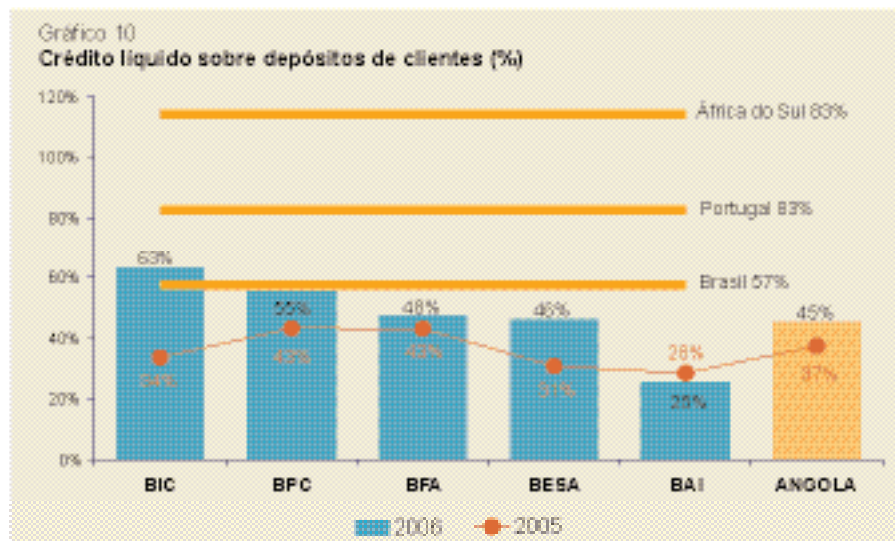
O ano de 2006 foi caracterizado pela reorientação estratégica dos operadores para o negócio de intermediação financeira, historicamente pouco relevante comparativamente a economias mais desenvolvidas. Entre as motivações para esta mudança, encontram-se a maior competitividade entre os operadores, que os leva a procurar atender melhor às expectativas dos seus mercados-alvo, a redução substancial nas taxas de juros de títulos públicos e a desaceleração na emissão destes títulos, cujo "stock" cresceu a um ritmo bastante inferior ao da liquidez injectada no sistema via depósitos.

Bancos reorientam estratégia para negócio de intermediação financeira

Esta evolução reflectiu-se em alterações positivas na estrutura de activos do sistema que incluíram:

- Redução no peso das disponibilidades, o que sugere uma gestão mais activa da tesouraria, uma diminuição na preferência dos agentes económicos pela liquidez e a expansão dos sistemas de pagamentos electrónicos.
- Redução da participação dos títulos públicos, praticamente a única opção de remuneração de activos em alternativa ao crédito, reflexo da desaceleração do ritmo de emissões de dívida pública cujo "stock" cresceu apenas 20% contra 55% do total de activos. Para fomentar o desenvolvimento do mercado monetário interbancário e garantir a existência de mecanismos de gestão activa da moeda, o Banco Central suportou praticamente sozinho o ónus das emissões via TBCs.
- Aumento do peso dos outros activos remunerados, resultado essencialmente da elevada participação da moeda estrangeira na carteira de depósitos dos bancos, cuja conversão em aplicações financeiras em correspondentes no exterior normalmente assume a natureza de aplicações de muito curto prazo.

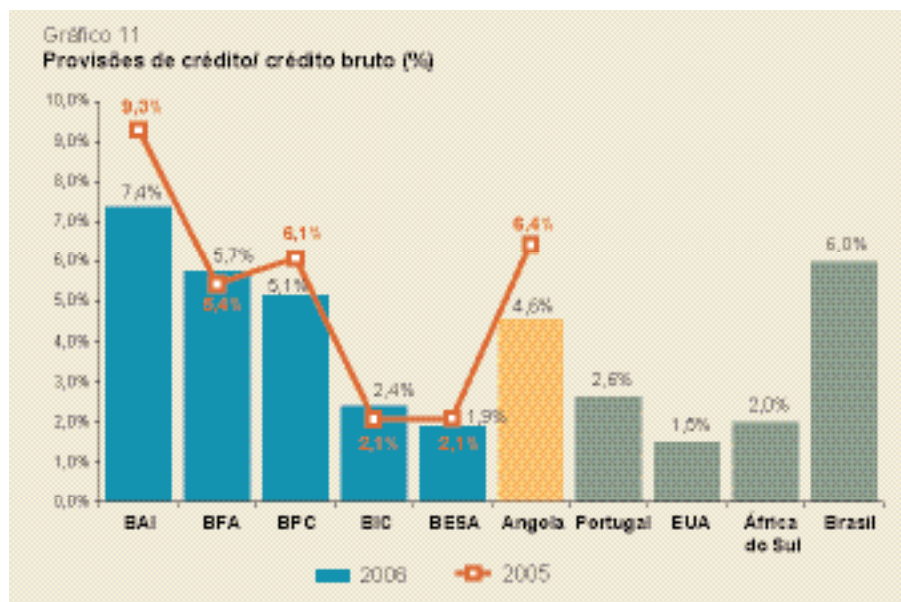
- Crescimento de 96% na carteira de crédito (cerca de USD 1.700 milhões), sendo que a taxa de conversão de depósitos em crédito chegou a 45% (contra 37% do ano anterior). Este indicador é ainda bastante inferior ao praticado em economias com sistemas financeiros mais desenvolvidos (entre 80% e 114%), o que se justifica por constrangimentos estruturais, neste momento objecto de análise por parte das autoridades monetárias.



Quase todos os operadores adoptaram posturas de crédito mais agressivas, com destaque para o BIC, cuja taxa de conversão de depósitos em crédito chegou a 63%.

Aumento do risco não se reflecte nas taxas de provisionamento

A rápida expansão da carteira de crédito, apesar de ancorada numa economia em reconstrução, implica riscos para a qualidade de activos do sistema que não devem ser desprezados. Vale notar que estes riscos não se reflectem na evolução das taxas de provisionamento dos bancos, medidas pelo indicador “% provisões de créditos totais (genéricas mais específicas) sobre crédito bruto”, que se reduziram para 4,6% em 2006, contra 6,4% no ano anterior.



Vários factores, com origem principalmente em fragilidades nas políticas contabilísticas praticadas em Angola, concorrem para esta aparente contradição:

- As políticas contabilísticas definidas pelo Banco Central para provisionamento específico do crédito poderão não reflectir, adequadamente, o risco de crédito em períodos de forte expansão da carteira pois estão relacionadas com a antiguidade dos créditos em mora e não com o risco específico das operações. Como se verificou, no último ano, uma expansão de cerca de 100% no crédito consolidado (180% nos últimos dois anos) é natural que os créditos de maior risco ainda não tenham entrado em mora, não estando portanto provisionados.
- O facto de muitos bancos possuírem, nas suas carteiras, clientes com créditos perante o Estado cujos prazos de reembolso são tradicionalmente elevados e constantemente renegociados, o que exige dos bancos flexibilidade para a realização de sucessivos processos de reestruturação para sintonizar os prazos de reembolso com os prazos de pagamento do Estado. Esta situação origina a reclassificação de créditos vencidos para vivos o que leva uma reposição automática das provisões;
- Decisões de gestão ao nível da definição das percentagens genéricas de provisões que, de acordo com o quadro regulamentar em vigor, poderão variar dentro da faixa 2%-4%, tendo a maioria dos bancos optado, em 2006, por percentagens genéricas mais reduzidas, tendo provavelmente como suporte a reduzida antiguidade média das suas carteiras.

Ainda assim, o nível médio de provisionamento em Angola é duas vezes superior ao das economias mais desenvolvidas, o que evidentemente tem reflexos negativos sobre os prémios de risco aplicados às taxas de juros.

Prémios de risco têm impacto negativo sobre taxas de juros

Rentabilidade elevada mas em queda

Os resultados bancários consolidados ascenderam a USD 259 milhões (excluindo o BCI), contra USD 219 milhões no ano anterior, que se traduziu na taxa de rentabilidade média sobre os fundos próprios de 34,9%, inferior ao ano anterior (42,5%) mas, ainda assim, bastante atractiva comparativamente a países mais desenvolvidos.

Tabela 4

INDICADORES DE RENTABILIDADE (% SOBRE ACTIVOS MÉDIOS)						
	ANGOLA		BRASIL	PORTUGAL	EUA	ÁFRICA DO SUL
	2006	2005				
Margem financeira (%)	4,2%	5,6%	5,8%	1,9%	3,1%	2,7%
Margem complementar (%)	4,2%	3,9%	3,3%	1,9%	2,3%	3,0%
Produto bancário bruto (%)	8,4%	9,4%	9,1%	3,8%	5,4%	5,7%
Cost-to-income	44,1%	40%	70%	70%	59%	64%
Custos de exploração (%)	-3,7%	-3,8%	-6,3%	-2,6%	-3,2%	-3,6%
Outras despesas (%)	-1,5%	-1,6%	-1,1%	-0,4%	-0,9%	-1,0%
(ROAA) (%)	3,2%	4,1%	1,7%	0,7%	1,3%	1,1%
Alavancagem média	10,8	10,4	9,4	15,6	10,4	14,1
(ROAE) (%)	34,9%	42,5%	15,9%	11,6%	13,6%	15,7%

Fontes: Demonstrações financeiras dos bancos, Bankscope 2004, FDIC Database 2004

A variação nos rácios de rentabilidade prende-se, fundamentalmente com a redução generalizada das taxas de juros, tanto dos Títulos Públicos quanto do crédito.

As margens bancárias têm vindo a cair desde 2004, devido, principalmente, à evolução negativa das taxas de juros e à redução dos lucros provenientes das reavaliações das posições cambiais no cenário actual de estabilização cambial.

Queda de juros afecta rentabilidade

Ainda assim, tanto a margem financeira quanto a margem complementar mantêm-se superiores às de outros sistemas analisados como referência (à excepção do Brasil).

O crescimento do rácio “cost-to-income”, ainda que bastante inferior ao de outros sistemas financeiros mais desenvolvidos e, consequentemente, mais complexos, é reflexo dos seguintes factores:

- Redução nas margens financeiras;
- Aumento da complexidade das operações, com a implementação de estratégias de segmentação, multiplicação dos canais de distribuição e diversificação de produtos;
- Investimento em soluções tecnológicas mais avançadas;
- Maior dispersão geográfica resultante da expansão da rede de balcões com impacto negativo sobre a produtividade, custos de comunicação, deslocamento, gestão e logística.

Redução das margens parcialmente compensada com aumento na alavancagem

A redução das margens financeiras e o maior custo relativo foram parcialmente compensados por um aumento do volume de negócios devido à significativa injeção de fundos de terceiros (traduzido em um ligeiro aumento na alavancagem do sistema) e pelo maior volume de operações comissionadas na sequência da expansão da cobertura da rede e das bases de clientes.

O ranking de rentabilidade dos bancos é como se segue:

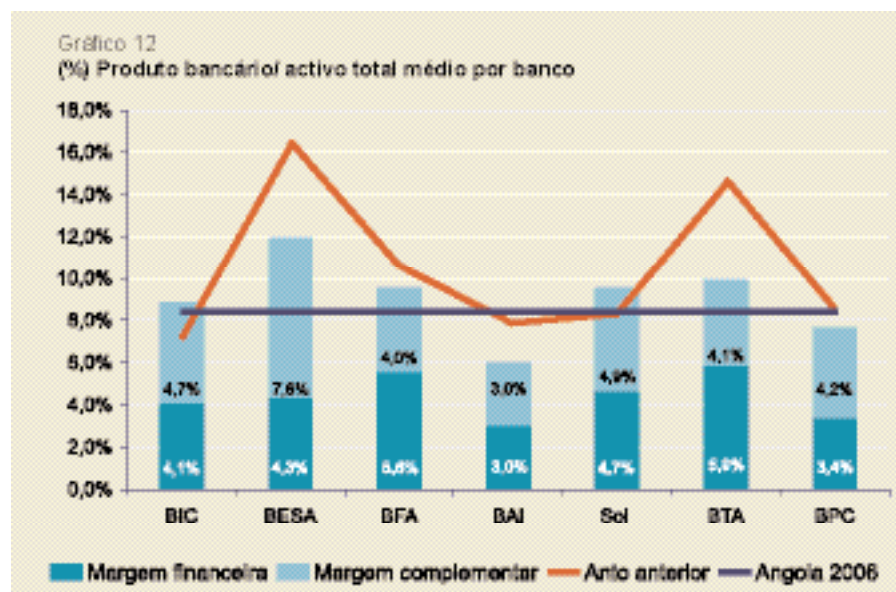
Tabela 5

RANKING DE RENTABILIDADE					
2006			2005		
RANKING	BANCO	ROAE (%)	RANKING	BANCO	ROAE (%)
1	BIC	81,91%	1	BESA	88,7%
2	BESA	59,62%	2	BIC	88,6%
3	BFA	41,35%	3	BFA	52,8%
4	BAI	37,85%	4	BTA	47,7%
5	Sol	32,86%	5	BPC	42,5%
6	BTA	24,10%	6	BCP (Millennium)	37,1%
7	Keve	22,83%	7	Keve	34,3%
8	BPC	22,77%	8	Sol	33,0%
9	Millennium	8,27%	9	BAI	31,9%
10	BNI	1,2%	10	BCA	20,8%
11	Novo Banco	0,8%	11	Novo Banco	-5,1%
12	BCA	-2,0%	12	BCI	nd
13	BPA	-14,7%			
14	BCI	nd			
	ANGOLA	34,9%		ANGOLA	42,5%

Fonte: Demonstrações financeiras

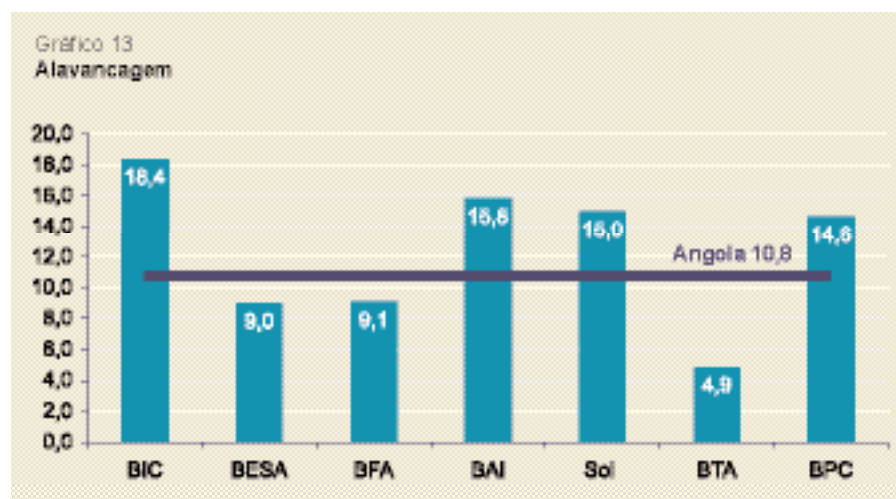
BIC praticamente reembolsou capital em um ano

Com a redução da rentabilidade sobre os capitais próprios do BESA (que mesmo assim continua na ordem dos 60%), o BIC assumiu a liderança neste indicador, tendo conseguido, pelo segundo ano consecutivo, reembolsar os capitais dos seus accionistas em aproximadamente um ano.



Uma análise mais profunda da evolução e composição dos indicadores de rentabilidade dos maiores operadores do sector revela o seguinte:

- **Dimensão é importante:** Os maiores bancos são também os mais rentáveis, com excepção do BPC, que tem uma estrutura de custos mais pesada do que a média de mercado;
- **Aposta no crédito:** Quase todos os bancos mais rentáveis, à excepção do BAI, apostaram em estratégias de crédito mais agressivas, para compensar a redução no ritmo de emissões de títulos públicos, em um cenário de forte aumento de liquidez. Os bancos que sofreram maiores reduções de margens foram aqueles cuja estrutura de remuneração de activos, em anos anteriores, apresentava maior dependência dos títulos públicos (BESA, BTA).
- **Apoio na alavancagem:** Apesar do nível de capitalização do sistema consolidado, medido pela taxa de alavancagem, ser adequado comparativamente às economias mais desenvolvidas analisadas (Tabela 5), em quatro dos bancos (BIC, BAI, BPC e Banco Sol) este indicador é superior à média de mercado (10,8) e contribuiu significativamente para melhorar os indicadores de rentabilidade sobre os capitais próprios (Gráfico 13).





Conclusões e perspectivas

Economia real

Estimativas oficiais recentes prevêem um crescimento de 19,2% no PIB para 2007, comparativamente aos 32,1% previstos inicialmente, devido à revisão em baixo da produção petrolífera para este ano, que deverá atingir o volume médio de 1,6 milhões de barris diários (crescimento de 13,6%) contra estimativas iniciais de cerca de 1,8 milhões de barris diários.

O PIB deverá crescer a um ritmo médio de 7,5% entre 2008 e 2013

As estimativas de médio e longo prazo são de que Angola atinja uma produção de 2,4 milhões de barris por dia em 2010. Mesmo assumindo um cenário conservador de redução dos preços de petróleo, que chegou recentemente a ser transaccionado a USD 75 o barril, contra USD 61,4 no início do ano, e considerando a elevada dependência da economia angolana relativamente a esta *commodity*, o PIB deverá crescer a um ritmo médio de 7,5% entre 2008 e 2013, de acordo com projecções conservadoras do FMI.

Em contraste com o cenário favorável acima, há algumas preocupações relativamente aos potenciais efeitos destabilizadores, a longo prazo, de um modelo de crescimento sustentado na extracção mineral, com ênfase no petróleo, em contraste com a perda de importância relativa de sectores de sustentação do crescimento e geradores de emprego como o de agricultura e pescas e com a frágil participação do sector industrial na economia.

Nota-se o esforço do Governo na recuperação de infra-estruturas e na implementação de medidas para diversificar a produção nacional, que justificaram um relatório recente do FMI em tom optimista relativamente às perspectivas de médio prazo da economia Angolana, mais especificamente no que respeita ao desempenho esperado do sector agrícola, de construção, energia e manufactura.

Orçamento publico de investimento prevê 61% de crescimento para o ano em curso

A arrecadação fiscal para o ano em curso, revista em baixo recentemente devido à valorização do Kwanza e à redução das estimativas relativamente à produção petrolífera, deverá situar-se em 2.300 biliões de Kwanzas (cerca de USD 30 biliões), representando um crescimento de cerca de 4% em relação ao ano anterior. O crescimento previsto para a despesa pública, na ordem de 61%, dificilmente será atingido, pois diversos constrangimentos de ordem estrutural deverão impedir a concretização orçamental do plano de investimentos do Governo, o terceiro ano consecutivo em que esta situação se verifica.

As reservas internacionais haviam atingido um valor de USD 9,6 biliões no fim de Julho de 2007 representando um crescimento de 11,7% no ano em curso, situando o país num patamar bastante confortável em termos de segurança de importações.

Economia monetária

O Kwanza continua a manter uma tendência de valorização, principalmente em função das acções de intervenção do BNA nos mercados cambiais para esterilizar os fluxos de petróleo, tendo a moeda americana chegado a 76 Kwanzas recentemente, uma valorização de 7% em relação ao início do ano.

Com o objectivo de controlar o crescimento da massa monetária e exercer controlo sobre a inflação, o BNA fez algumas alterações na composição do coeficiente de reservas obrigatórias e tem vindo a aumentar o ritmo de emissões de TBCs, cujo *stock* cresceu 90% para 219 biliões de Kwanzas até Julho de 2007, continuando a suportar praticamente sozinho os custos de criação de instrumentos de gestão monetária, uma vez que o Governo reduziu substancialmente os ritmos de emissão de dívida titulada nos últimos dois anos. Com isto, as taxas de juros reverteram a tendência de redução, tendo atingido 14,5% em Julho (taxa positiva em termos reais) para as TBCs de 182 dias, contra 7,32% no fim do ano passado.

Apesar do esforço do Banco Central, a inflação este ano deverá situar-se ligeiramente acima do target de 10%, sendo as previsões mais recentes de 12% para os 12 meses até Dezembro.

Sector financeiro

Em parte como resultado das medidas acima, nota-se uma desaceleração no crescimento da base de depósitos do sistema. Até Junho de 2007 este agregado havia crescido 19,2% (37,3% no período homólogo anterior) para 733 biliões de Kwanzas (cerca de USD 9,8 biliões), com ênfase nos depósitos em moeda nacional, que cresceram 51,6% contra 6% nos saldos em moeda estrangeira, uma inversão clara de tendência comparativamente ao ano anterior, parcialmente relacionada com o efeito multiplicador da composição cambial do crescimento do crédito (ver abaixo).

Durante os primeiros seis meses do ano em curso, o ranking de depósitos dos bancos manteve-se relativamente estável. A única alteração, entre os maiores bancos, foi a passagem do BPC à primeira posição, com um crescimento de 33%.

Neste período, o crédito cresceu 30%, um ritmo superior à evolução da base de depósitos, com ênfase para a moeda nacional (39%), o que se justifica pela redução no diferencial de taxas de juros entre o crédito nas duas moedas.

A combinação do crescimento nas taxas de juros com o aumento substancial do *stock* de TBCs e o crescimento do crédito deverão contribuir para a manutenção ou possivelmente, crescimento da rentabilidade dos bancos, apesar do aumento do número de bancos, que dado o elevado ritmo de crescimento económico, continuam a encontrar espaço para trabalhar com boas margens, tanto a nível de operações comissionadas quanto ao nível da intermediação financeira.

**Taxas de juro reverteram
tendência de redução**

**Combinação de juros
e nível de remuneração
de activos será positiva
para a rentabilidade**

SEGURANDO O FUTURO



Automóvel • Multirisco Habitação • Vida/Crédito • Carga Marítima, Terrestre ou Aérea

... UM CRÉDITO SEGURO.

Informações financeiras dos bancos

Demonstrações financeiras consolidadas • 2006 e 2005

Demonstrações financeiras dos bancos • 2006

Demonstrações financeiras dos bancos • 2005

Indicadores consolidados • 2006 e 2005

Indicadores dos bancos • 2006 e 2005

Demonstrações financeiras consolidadas - 2006 e 2005

Balanços

Milhões de Kwanzas			
	31/12/2006 DF's Publicadas ⁽¹⁾	31/12/2005 DF's Publicadas ⁽¹⁾	2006/2005 Variação (%)
Activo			
Caixa e disponibilidades			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	101.268	102.548	-1%
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	42.422	33.615	26%
Outros créditos sobre instituições de crédito	176.964	91.505	93%
Crédito sobre clientes	265.327	135.470	96%
Obrigações e outros títulos	151.844	111.248	36%
Outros activos e participações financeiras	49.683	33.353	49%
TOTAL DO ACTIVO	787.508	507.738	55%
Passivo			
Recursos de outras Inst. Crédito	7.227	2.855	153%
Depósitos de clientes à vista	426.971	277.883	54%
Depósitos de clientes a prazo	161.462	84.391	91%
Outros recursos e passivos	108.508	87.176	24%
Provisões	10.671	9.397	14%
Fundos próprios	72.669	46.037	58%
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	787.508	507.738	55%

Fonte: (1) Demonstrações financeiras publicadas dos bancos

Demonstrações de resultados

Milhões de Kwanzas			
	31/12/2006 DF's Publicadas ⁽¹⁾	31/12/2005 DF's Publicadas ⁽¹⁾	2006/2005 Variação (%)
1. Juros e proveitos equiparados	37.686	37.303	1%
2. Juros e custos equiparados	10.636	13.073	-19%
3. Margem financeira [1-2]	27.050	24.230	12%
4. Margem complementar	27.456	16.738	64%
5. Produto bancário bruto [3+4]	54.506	40.968	33%
6. Provisões do exercício	5.654	4.116	37%
7. Produto bancário líquido de provisões [5-6]	48.852	36.851	33%
8. Custos de exploração	24.032	16.416	46%
9. Resultados operacionais [7-8]	24.820	20.436	21%
10. Resultado Extraordinário	800	463	73%
11. Resultado antes de impostos [9-10]	25.620	20.898	23%
12. Provisão imposto sobre lucro	4.893	3.216	52%
13. Resultado (lucro) líquido [11-12]	20.726	17.682	17%

Fonte: (1) Demonstrações financeiras publicadas dos bancos

Demonstrações financeiras dos bancos - 2006

Balanços em 31 de Dezembro de 2006

Milhões de Kwanzas	BAI	BCA	BCI ⁽¹⁾	MILLENNIUM ANGOLA ⁽³⁾	BESA	BFA	BIC	BPC	BTA	KEVE	NOVO BANCO	SOL	BPA ⁽²⁾	BNI ⁽²⁾
Activo														
Caixa e disponibilidades														
Caixa e disponibilidades no Banco Central	20.454	1.824	---	2.959	8.725	15.695	10.300	31.285	3.479	2.597	290	2.998	458	204
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	23.032	299	---	126	3.605	1.992	1.636	6.209	362	690	44	1.339	241	2.847
Outros créditos sobre instituições de crédito	74.906	2.551	---	1.911	6.647	49.127	13.861	13.633	7.976	1.437	---	3.652	1.263	---
Crédito sobre clientes	33.821	3.969	---	5.808	24.290	68.773	42.750	68.839	7.610	4.364	593	4.434	1	75
Obrigações e outros títulos	23.220	7.262	---	2.399	15.295	42.544	28.259	18.470	8.024	500	53	3.967	543	1.308
Outros activos e participações financeiras	10.011	1.337	---	997	5.879	7.194	3.426	16.051	1.434	1.033	172	1.364	314	471
TOTAL DO ACTIVO	185.444	17.24	---	14.200	64.441	185.325	100.232	154.487	28.885	10.621	1.152	17.754	2.820	4.905
Passivo														
Recursos de outras														
Instituições de Crédito	1.200	---	---	---	2.836	1.333	529	850	---	---	80	---	399	---
Depósitos de clientes à vista	121.169	6.790	---	6.222	29.837	95.504	40.857	94.180	15.975	4.426	432	8.351	1.030	2.198
Depósitos de clientes a prazo	11.539	3.661	---	3.237	22.967	49.169	26.789	30.471	4.058	3.205	163	5.016	274	913
Recursos de outras entidades														
e outros passivos	38.415	4.468	---	1.030	1.643	15.234	25.432	15.140	2.572	918	53	3.056	370	177
Provisões	1.412	156	---	194	---	3.647	1.178	3.284	362	268	23	145	---	2
Fundos próprios	11.709	2.167	---	3.517	7.158	20.438	5.447	10.562	5.918	1.804	401	1.186	747	1.615
TOTAL DO PASSIVO	185.444	17.242	---	14.200	64.441	185.325	100.232	154.487	28.885	10.621	1.152	17.754	2.820	4.905
E FUNDOS PRÓPRIOS	185.444	17.242	---	14.200	64.441	185.325	100.232	154.487	28.885	10.621	1.152	17.754	2.820	4.905

Demonstrações de resultados em 2006

Milhões de Kwanzas	BAI	BCA	BCI ⁽¹⁾	MILLENNIUM ANGOLA ⁽³⁾	BESA	BFA	BIC	BPC	BTA	KEVE	NOVO BANCO	SOL	BPA ⁽²⁾	BNI ⁽²⁾
1. Juros e proveitos														
equiparados	6.851	1.038	---	493	3.339	10.306	4.333	7.568	1.753	655	227	1.054	7	62
2. Juros e custos														
equiparados	2.505	377	---	86	1.101	1.573	1.565	2.690	254	174	26	283	1	1
3. Margem financeira [1-2]	4.346	661	---	407	2.238	8.733	2.768	4.878	1.499	481	201	771	6	61
4. Margem complementar														
	4.295	609	---	416	3.937	6.234	3.171	6.099	1.041	606	41	800	26	182
5. Produto bancário bruto [3+4]														
	8.641	1.270	---	823	6.175	14.967	5.939	10.977	2.540	1.087	242	1.571	32	243
6. Provisões do exercício														
	268	361	---	74	272	1.914	994	1.522	78	50	24	96	---	1
7. Produto bancário líquido de provisões [5-6]														
	8.373	909	---	749	5.903	13.053	4.945	9.455	2.462	1.037	218	1.475	32	242
8. Custos de exploração														
	3.498	960	---	408	2.594	4.696	2.335	6.676	751	531	215	1.056	86	226
9. Resultados operacionais [7-8]														
	4.875	(51)	---	341	3.309	8.357	2.610	2.779	1.711	506	3	419	(55)	16
10. Resultado Extraordinário														
	(158)	7	---	46	1	802	5	(11)	70	50	---	(12)	---	---
11. Resultado antes de impostos [9-10]														
	4.717	(44)	---	387	3.310	9.159	2.615	2.768	1.781	556	3	407	(55)	16
12. Provisão imposto sobre lucro														
	1.178	---	---	112	16	2.212	---	616	508	195	---	50	---	6
13. Resultado (lucro) líquido [11-12]														
	3.539	(44)	---	275	3.294	6.947	2.615	2.151	1.273	361	3	357	(55)	10

Fontes: Demonstrações financeiras publicadas dos bancos, Banco Nacional de Angola, Questionários preenchidos pelos bancos

Notas: (1) Demonstrações financeiras não disponíveis à data do relatório, (2) Os Bancos BPA e BNI iniciaram as suas operações em Novembro de 2006,

(3) Banco resultante da extinção da Sucursal do Millennium bcp em Angola.

Demonstrações financeiras dos bancos - 2005

Balanços em 31 de Dezembro de 2005

Milhões de Kwanzas												
	BAI	BCA	BCI(1)	BCP	BESA	BFA	BIC(2)	BPC	BTA	KEVE	NOVO BANCO	SOL
Activo												
Caixa e disponibilidades												
Caixa e disponibilidades no Banco Central	15.419	3.402	---	1.738	6.822	14.278	4.955	48.755	3.015	1.040	105	3.018
Disponibilidades à vista sobre ICs	16.389	2.107	---	464	4.546	1.237	737	3.858	2.397	967	39	874
Outros créditos sobre instituições de crédito	26.153	889	---	1.091	0	33.173	4.339	16.230	4.157	474	0	5.000
Crédito sobre clientes	22.907	2.614	---	1.743	9.144	41.527	6.234	41.867	4.353	2.304	350	2.427
Obrigações e outros títulos	14.024	5.647	---	2.921	15.256	33.293	14.080	13.600	7.056	2.460	16	2.895
Outros activos e participações financeiras	8.715	1.434	---	494	2.891	4.030	3.947	8.910	1.210	647	119	955
TOTAL DO ACTIVO	103.608	16.093	---	8.450	38.659	127.538	34.292	133.220	22.188	7.893	629	15.170
Passivo												
Recursos de outras Inst. Crédito	0	0	---	0	2.801	0	30	---	24	0	0	0
Depósitos de clientes à vista	69.325	5.623	---	3.506	17.158	66.136	14.611	82.064	11.002	3.116	186	5.156
Depósitos de clientes a prazo	11.140	485	---	610	12.523	30.053	3.932	14.777	2.552	1.146	34	7.139
Recursos de outras entidades e outros passivos	14.757	7.622	---	1.074	2.094	15.912	14.571	23.484	3.665	2.170	11	1.816
Provisões	1.395	153	---	125	192	2.272	210	4.563	299	102	14	71
Fundos próprios	6.990	2.210	---	3.134	3.891	13.165	938	8.332	4.646	1.358	385	987
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	103.608	16.093	---	8.450	38.659	127.538	34.292	133.220	22.188	7.893	629	15.170

Demonstrações de resultados em 2005

Milhões de Kwanzas												
	BAI	BCA	BCI (1)	BCP	BESA	BFA	BIC (2)	BPC	BTA	KEVE	NOVO BANCO	SOL
1. Juros e proveitos equiparados	5.448	2.141	---	1.000	5.544	9.903	1.205	8.487	2.400	1.069	107	709
2. Juros e custos equiparados	1.717	1.299	---	47	1.908	2.311	670	4.457	240	421	4	278
3. Margem financeira [1-2]	3.731	842	0	953	3.635	7.592	534	4.030	2.160	648	103	431
4. Margem complementar	3.302	651	---	364	1.427	4.121	686	5.024	767	386	11	463
5. Produto bancário bruto [3+4]	7.032	1.493	0	1.317	5.062	11.713	1.221	9.054	2.927	1.035	114	894
6. Provisões do exercício	981	306	---	57	198	1.401	215	809	42	94	14	14
7. Produto bancário líquido de provisões [5-6]	6.051	1.187	0	1.260	4.864	10.312	1.005	8.246	2.886	940	100	880
8. Custos de exploração	3.034	887	---	225	2.082	3.158	590	5.135	729	454	121	601
9. Resultados operacionais [7-8]	3.017	300	0	1.034	2.782	7.154	416	3.111	2.157	486	-20	279
10. Resultado Extraordinário	360	63	---	0	-1	4	0	-28	16	48	0	-5
11. Resultado antes de impostos [9-10]	3.377	363	0	1.034	2.781	7.158	416	3.083	2.173	535	-20	274
12. Provisão imposto sobre lucro	1.191	0	---	0	33	1.301	0	121	383	187	0	3
13. Resultado (lucro) líquido [11-12]	2.185	363	0	1.034	2.747	5.857	416	2.962	1.790	347	-20	271

Fontes: Demonstrações financeiras publicadas dos bancos, Banco Nacional de Angola, Questionários preenchidos pelos bancos

Notas

(1) Demonstrações financeiras não disponíveis à data do relatório.

(2) O Banco BIC iniciou as suas operações em Junho de 2005

Indicadores consolidados - 2006 e 2005

	ANGOLA 2006	ANGOLA 2005	BRASIL ⁽²⁾	PORTUGAL ⁽²⁾	USA ⁽¹⁾	ÁFRICA DO SUL ⁽³⁾
DIMENSÃO, CRESCIMENTO						
Número de funcionários	5.350	4306				
Número de balcões	290	227				
Crescimento de depósitos (%)	62,4%	64,3%				
SOLIDEZ E LIQUIDEZ						
Fundos próprios/ativo total (%)	9,2%	9,1%	9,1%	6,3%	10,1%	7,1%
Crédito líquido a clientes sobre depósitos de clientes (%)	45,1%	37,4%	57,5%	82,5%	86,0%	114,0%
Depósitos a prazo sobre depósitos totais (%)	27,4%	23,3%				29,0%
QUALIDADE DOS ACTIVOS						
Provisões gerais de crédito/crédito total (%)	2,9%	3,9%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%
Provisões específicas/crédito total (%)	1,7%	2,5%	6,0%	1,7%	1,5%	2,0%
Provisões de crédito/ crédito total (%)	4,6%	6,4%	6,0%	2,6%1,5%	2,0%	
PERFORMANCE						
Rentabilidade dos fundos próprios médios (ROAE) (%)	34,9%	42,5%	15,9%	11,6%	13,6%	15,7%
Rentabilidade dos activos médios (ROAA) (%)	3,2%	4,1%	1,7%	0,7%	1,3%	1,1%
Receitas líquidas de juros/ activos médios (%)	4,2%	5,7%	5,8%	1,9%	3,1%	2,7%
Margem complementar/ activos médios (%)	4,24%	3,9%	3,3%	1,9%	2,3%	3,0%
Produto bancário bruto/ activos médios (%)	8,4%	9,6%	9,1%	3,8%	5,4%	5,7%
PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA						
Custos de exploração/ produto bancário bruto (%)	44,1%	40,1%	69,7%	69,5%	59,4%	63,8%
Custos de exploração/ activos médios (%)	3,7%	3,9%	6,3%	2,6%	3,2%	3,6%
Produto bancário bruto por funcionário (000 AOA)	10.188	14.006	nd	nd	nd	nd

Fontes Angola: Demonstrações financeiras publicadas dos bancos, Banco Nacional de Angola e questionários preenchidos pelos bancos
Fontes Outros Países: 1 - FDIC Financial Time Series Database (2005); 2 Bankscope Database (2005); 3 - DF 5 maiores bancos 2003 - ABSA Standard, Nedcor, Investec, First Rand (89,4% activos)

Indicadores dos bancos - 2006 e 2005

2006														
	BAI	BCA	BCI ⁽¹⁾	MILLENNIUM	BESA	BFA	BIC	BPC	BTB	KEVENOVO BANCO	SOL	BPA ⁽²⁾	BNI ⁽²⁾	
DIMENSÃO, CRESCIMENTO														
Número de funcionários	585	142	---	38	278	1.234	568	1.723	190	66	68	254	70	n.d.
Numero de balcões	35	6	---	3	16	66	44	70	8	8	2	20	1	n.d.
Crescimento de depósitos (%)	65%	71%	---	130%	78%	50%	265%	29%	48%	79%	171%	8,71%	N/A	N/A
QUOTA DE MERCADO														
Depósitos totais de clientes	21,5%	1,7%	---	1,5%	8,5%	23,4%	10,9%	20,2%	3,2%	1,2%	0,1%	2,2%	0,2%	0,5%
Crédito sobre clientes	12,7%	1,5%	---	2,2%	9,2%	25,9%	16,1%	25,9%	2,9%	1,6%	0,2%	1,7%	0,0%	0,0%
SOLIDEZ E LIQUIDEZ														
Fundos próprios/ativo total (%)	6,3%	12,6%	---	24,8%	11,1%	11,0%	5,4%	6,8%	20,5%	17,0%	34,8%	6,7%	26,5%	32,9%
Crédito líquido a clientes sobre depósitos de clientes (%)	25,5%	38,0%	---	61,4%	46,0%	47,5%	63,2%	55,2%	38,0%	57,2%	99,7%	33,2%	0,1%	2,4%
Depósitos a prazo sobre depósitos totais (%)	8,7%	35,0%	---	34,2%	43,5%	34,0%	39,6%	24,4%	20,3%	42,0%	27,4%	37,5%	21,0%	29,3%
QUALIDADE DOS ACTIVOS														
Provisões gerais de crédito/crédito total (%)	3,1%	2,9%	---	2,8%	1,8%	4,62%	2,3%	2,4%	4,57%	4,7%	3,9%	1,1%	0,0%	1,3%
Provisões específicas/crédito total (%)	4,3%	6,2%	---	0,5%	0,1%	1,11%	0,1%	2,8%	0,56%	2,5%	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Provisões de crédito/crédito total (%)	7,38%	9,12%	---	3,32%	1,9%	5,73%	2,41%	5,14%	5,13%	7,3%	6,6%	1,1%	0,0%	1,3%
PERFORMANCE														
Rentabilidade dos fundos próprios médios (ROAE) (%)	37,9%	-2,0%	---	8,3%	59,6%	41,3%	81,9%	22,8%	24,1%	22,8%	0,8%	32,9%	-14,7%	1,2%
Rentabilidade dos activos médios (ROAA) (%)	2,4%	-0,3%	---	2,4%	6,4%	4,4%	3,9%	1,5%	5,0%	3,9%	0,3%	2,2%	-3,9%	0,4%
Receitas líquidas de juros/ activos médios (%)	3,0%	4,0%	---	3,6%	4,3%	5,6%	4,1%	3,4%	5,9%	5,2%	22,6%	4,7%	0,4%	2,5%
Margem complementar/ activos médios (%)	3,0%	3,7%	---	3,7%	7,6%	4,0%	4,7%	4,2%	4,1%	6,5%	4,6%	4,9%	1,8%	7,4%
Produto bancário bruto/ activos médios (%)	6,0%	7,6%	---	7,3%	12,0%	9,6%	8,8%	7,6%	9,9%	11,7%	27,2%	9,5%	2,2%	9,9%
PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA														
Custos de exploração/ produto bancário bruto (%)	40,5%	75,6%	---	49,6%	42,0%	31,4%	39,3%	60,8%	29,6%	48,9%	88,8%	67,2%	273,5%	93,0%
Custos de exploração/ activos médios (%)	2,4%	5,8%	---	3,6%	5,0%	3,0%	3,5%	4,6%	2,9%	5,7%	24,1%	6,4%	6,1%	9,2%
Produto bancário bruto por funcionário (000 AKZ)	14.771	8.944	---	21.658	22.212	12.129	10.456	6.371	13.368	16.470	3.559	6.185	452	n.d.

2005

	BAI	BCA	BCI ⁽¹⁾	BCP	BESA	BFA	BIC ⁽²⁾	BPC	BTA	KEVE	NOVO BANCO	SOL
DIMENSÃO, CRESCIMENTO												
Número de funcionários	556	130	488	38	169	779	232	1.366	160	66	68	254
Numero de balcões	29	4	27	3	10	44	14	59	7	8	2	20
Crescimento de depósitos (%)	89%	14%	36%	15%	73%	40%	na	79%	15%	64%	238%	142%
QUOTA DE MERCADO												
Depósitos totais de clientes	22,2%	1,7%	6,1%	1,1%	8,2%	26,6%	5,1%	26,7%	3,7%	1,2%	0,1%	3,4%
Crédito sobre clientes	16,9%	1,9%		1,3%	6,7%	30,7%	4,6%	30,9%	3,2%	1,7%	0,3%	1,8%
SOLIDEZ E LIQUIDEZ												
Fundos próprios/activo total (%)	6,7%	13,7%		37,1%	10,1%	10,3%	2,7%	6,3%	20,9%	17,2%	61,2%	6,5%
Crédito líquido a clientes sobre depósitos de clientes (%)	28,5%	42,8%	44,4%	42,3%	30,8%	43,2%	33,6%	43,2%	32,1%	54,1%	159,4%	19,7%
Depósitos a prazo sobre depósitos totais (%)	13,8%	7,9%		14,8%	42,2%	31,2%	21,2%	15,3%	18,8%	26,9%	15,4%	58,1%
QUALIDADE DOS ACTIVOS												
Provisões gerais de crédito/crédito total (%)	4,3%	5,2%		7,9%	2,1%	4,5%	2,1%	3,7%	2,1%	4,0%	3,9%	2,0%
Provisões específicas/crédito total (%)	5,0%	16,1%		2,7%	0,0%	0,9%	0,0%	2,4%	0,8%	9,0%	0,0%	2,7%
Provisões de crédito/crédito total (%)	9,3%	21,3%		10,6%	2,1%	5,4%	2,1%	6,1%	2,9%	13,0%	3,9%	4,8%
PERFORMANCE												
Rentabilidade dos fundos próprios médios (ROAE) (%)	31,9%	20,8%		37,1%	88,7%	52,8%	88,6%	42,5%	47,7%	34,3%	-5,1%	33,0%
Rentabilidade dos activos médios (ROAA) (%)	2,5%	2,7%		13,8%	9,0%	5,3%	2,4%	2,8%	9,0%	5,5%	-3,7%	2,5%
Receitas líquidas de juros/ activos médios (%)	4,3%	6,2%		12,7%	11,9%	6,9%	3,1%	3,8%	10,9%	10,2%	18,4%	4,0%
Margem complementar/ activos médios (%)	3,8%	4,8%		4,9%	4,7%	3,7%	4,0%	4,7%	3,9%	6,1%	1,9%	4,3%
Produto bancário bruto/ activos médios (%)	8,0%	11,0%		17,6%	16,5%	10,6%	7,1%	8,6%	14,7%	16,3%	20,3%	8,3%
PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA												
Custos de exploração/ produto bancário bruto (%)	43,1%	59,4%		17,1%	41,1%	27,0%	48,3%	56,7%	24,9%	43,9%	106,1%	67,2%
Custos de exploração/ activos médios (%)	3,5%	6,5%		3,0%	6,8%	2,9%	3,4%	4,9%	3,7%	7,1%	21,5%	5,6%
Produto bancário bruto por funcionário (000 AKZ)	12.648	11.484		34.659	29.953	15.036	5.261	6.628	18.295	15.675	1.672	3.520

Fontes:

Demonstrações financeiras publicadas dos bancos, Banco Nacional de Angola, Questionários preenchidos pelos bancos

Notas

(1) Demonstrações financeiras não disponíveis à data do relatório.

(2) Os Bancos BPA e BNI iniciaram as suas operações em Novembro de 2006.

(3) Relativamente aos bancos Keve e Novo Banco, utilizamos os dados de 2005 no que concerne ao número de funcionários e número de balcões por não nos ter sido disponibilizada informação actualizada.



Sobre a Deloitte

O padrão de excelência

A Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à oferta de serviços multidisciplinares de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em mais de 670 escritórios espalhados por 150 países. Com acesso a um capital intelectual de 135.000 pessoas no mundo, a Deloitte presta serviços em quatro áreas profissionais - Auditoria, Consultoria, Consultoria Financeira e Consultoria Fiscal. O nosso compromisso visa a máxima qualidade na prestação de serviços aos seus clientes, na promoção e formação contínua dos seus profissionais, alcançando a excelência nos resultados.

Sobre a Deloitte Angola

Pensar globalmente agir localmente

Em Angola, a Deloitte conta com cerca de 80 profissionais experientes nas várias áreas de negócio, Auditoria, Consultoria, Outsourcing e Consultoria Fiscal. Com uma carteira de mais de 100 clientes a Deloitte orgulha-se de estar fortemente presente entre as 25 maiores empresas de Angola.

Constituída em 1997, como Empresa de Direito Angolano, para apoiar na implementação e gestão das empresas neste País, a nossa missão é desde o início sermos inequivocamente respeitados pela comunidade, sermos a primeira escolha dos mais pretendidos talentos do mundo, motivados pela nossa reputação, cultura e diversidade, a primeira escolha dos mais solicitados clientes, atraídos pela amplitude e profundidade dos serviço em tudo o que fazemos. Pretendemos atingir este objectivo continuando o caminho que temos vindo a seguir e que nos tem permitido atingir as maiores taxas de crescimento a nível do Grupo em África.

A empresa está organizada por sectores de actividade (*Industry Business Units*), nas quais se congregam diversas áreas de negócio (*Solution Segments*):

Solution Segments		Industry Business Units	% of global 500*
Audit	Multidisciplinary services	Aviation & Transport Services	74%
Tax		Consumer Business	77%
Consulting		Energy & Resources	55%
Financial Advisory		Financial Services	74%
		Life Sciences and Health Care	75%
		Manufacturing	57%
		Public Sector	N/A
		Technology, Media & Telecom	52%

*A última coluna representa a presença da Deloitte nas 500 maiores empresas a nível global, de acordo com a listagem de 2005 da publicação Fortune 500®.



Qual foi a última vez
que partiu à aventura?
Go **Explorer**. Go **Ford**.

 **Robert Hudson, Ltd.**

Rua Major Kanhangulo, 72 - P.O.BOX 1210 C Luanda
Tel: (244) 222 331 641/42/43/49 | Fax: (244) 222 331 646/48
Lobito: (244) 272 222 666 | Fax: (244) 272 222 664
E-mail: rhudson@netangola.com

Sobre a ABANC

A Associação Angolana de Bancos, abreviadamente denominada ABANC, é uma instituição não-governamental sem intuítos lucrativos, tendo sido criada em Dezembro de 1998 com o objectivo de defender os interesses dos seus associados, constituídos por bancos com sede ou sucursal em Angola.

Os seus órgãos sociais à data desta publicação são como segue:

Mesa da Assembleia Geral

Banco Regional do Keve Presidente

Amílcar dos Santos Azevedo da Silva

Banco Totta de Angola Secretário

Eduardo Pompeu Tendinha da Silva

Banco de Fomento Angola Secretário

Emídio José Bebianio da Costa Pinheiro

Direcção

Banco Africano de Investimentos Presidente

José de Lima Massano

Banco Sol Vice-Presidente

Coutinho Nobre Miguel

Banco De Poupança e Crédito Vogal

Joaquim Pedro Fernandes

Banco Millennium Angola Vogal suplente

Adriano José de Sousa Mota

Conselho Fiscal

Banco Espirito Santo Angola Presidente

Denise Nair Brito Rocha Santos Henriques

Banco Bic Vogal

Vera Tangue Escórcio

Novo Banco Vogal

Florindo Panzo

Secretariado

Roberto José Fernandes Secretário Geral

Associados

**BANC - BAI - BCA - BCI - BDA - BESA - BFA - BIC - BMA - BNI - BPA - BRK
BPC - BS - BTA - NBC**

Contactos:

Rua Dr Alfredo Troni, nº79 - 15º andar do BPC

Caixa Postal nº1847- Luanda - Angola

Telefax: (+244)222399474

mail: abanc.angola@netangola.com

Cartões



VISA

VISA BFA

Use o seu Cartão VISA BFA em Angola.



- Até 50 dias de crédito sem juros
- Cómodos e seguros
- Aceites em todo o mundo

Os Cartões VISA BFA Gold e Classic são um meio de pagamento seguro e muito fácil de utilizar que lhe permitem pagar as suas compras, com crédito gratuito até 50 dias, em milhões de estabelecimentos em todo o mundo e agora também em Angola. Para além disso, poderá utilizá-los para efectuar cash-advance (levantar dinheiro a crédito) em Angola e no resto do mundo.

Para mais informações, dirija-se a qualquer Agência BFA ou consulte www.bfa.ao.



Novos Serviços Multicaixa



Consulta do IBAN da conta associada ao cartão

Emissão da 2ª via do talão

Transferências Bancárias



É possível realizar via ATM Multicaixa uma transferência bancária, da conta a que o cartão está associado para a conta do beneficiário, no valor pretendido e mediante a introdução do IBAN da conta destino.

O Caixa Automático permite-lhe a realização dessa transferência bancária, com emissão de um talão, comprovando a realização da operação.



A transferência é feita em Kz, ficando disponível no prazo máximo de 48 horas, dependendo da política do banco que domicilia a conta do beneficiário.



Multicaixa

Piça já o seu Multicaixa
ao balcão do seu Banco.

English version

